

VLI Multimodal S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	6
Balanço patrimonial.....	10
Demonstração do resultado	11
Demonstração do resultado abrangente	12
Demonstração da mutação no patrimônio líquido.....	13
Demonstração dos fluxos de caixa.....	14
Demonstração do valor adicionado	15
1 - Contexto operacional.....	16
2 - Base de preparação das demonstrações financeiras	22
3 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos.....	26
4 - Principais políticas contábeis.....	27
5 - Representação de informações comparativas.....	39
6 - Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.....	44
7 - Contas a receber	44
8 - Estoques.....	45
9 - Partes relacionadas	45
10 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar.....	47
11 - Dividendos a receber	48
12 - Despesas pagas antecipadamente.....	48
13 - Sinistros a recuperar e demais ativos	48
14 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais.....	49
15 - Investimentos.....	50
16 - Imobilizado.....	52
17 - Intangível	54
18 - Fornecedores e Contas a pagar	56
19 - Empréstimos, financiamentos e debêntures	57
20 - Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro.....	60
21 - Obrigações sociais e trabalhistas	60
22 - Arrendamento.....	61
23 - Dividendos propostos.....	63
24 - Adiantamentos para futuro aumento de capital	63
25 - Patrimônio líquido	63
26 - Receitas líquida dos serviços prestados.....	65
27 - Custo dos serviços prestados	65
28 - Receitas (despesas) operacionais.....	66
29 - Resultado financeiro	67
30 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	68
31 - Informação por segmento de negócios.....	71
32 - Benefícios a empregados.....	72
33 - Instrumentos financeiros.....	75
34 - Eventos subsequentes	82
Administração e Diretores	86

Relatório da Administração

Mensagem da Diretoria

O ano de 2019 imprimiu transformações significativas em vários aspectos da VLI, trazendo, inclusive, a primeira mudança de presidência da companhia desde sua fundação. Em meio a essas transformações, a empresa se mostrou madura, coesa e eficiente, fruto do trabalho de cultura desenvolvido nos últimos anos e que agora, testado na prática, evidenciou como resultado um time mais integrado, capacitado e alinhado com o Jeito de Ser VLI. Isso é motivo de grande orgulho para nós.

Apesar do cenário de incertezas que encontramos em 2019, principalmente em decorrência de questões comerciais internacionais, como a queda de importação de grãos pela China, tivemos um bom desempenho, crescemos a nossa operação e seguimos gerando valor para todos os nossos stakeholders. Crescemos em receita, evoluímos em segurança e demonstramos nossa força no mercado com um novo recorde de volume nos portos. Além disso, pela quinta vez consecutiva, estamos entre as 150 Melhores Empresas Para Trabalhar, segundo o ranking da revista Você S/A. E o melhor: em 2019, fomos a empresa eleita como número 1 do setor de Logística e Transporte. Esses e outros reconhecimentos que colecionamos nos últimos meses são grandes motivos para celebrar e indicam que estamos no caminho certo em meio a um mercado cada vez mais desafiador e competitivo.

Em nossa jornada pelo crescimento sustentável, nos aproximamos ainda mais de nossos clientes, razão de existir da VLI. Com o olhar muito mais maduro e focado em eficiência operacional, estamos moldando a companhia para uma atuação ainda mais estratégica e alinhada às necessidades do mercado. O cenário tem se mostrado cada vez mais dinâmico e estamos prontos para acompanhar seu ritmo fazendo o que fazemos de melhor, sem abrir mão de nossos valores, da segurança, da ética e do nosso propósito de continuar traçando caminhos para transformar a logística do nosso país.

A Diretoria

1. Síntese do Resultado de 2019

Em 2019, a VLI Multimodal superou grandes desafios operacionais e comerciais. A gripe suína afetou a exportação de soja de nossos clientes, a fraca atividade econômica não impulsionou a siderurgia nacional e a instabilidade de preços da indústria de celulose diminuiu a exportação desta commodity. Além da ruptura da barragem de Brumadinho que paralisou temporariamente a operação de alguns clientes.

Diante desse cenário, a VLI Multimodal se mostrou resiliente e encerrou o ano atingindo recordes de receita e EBITDA. O EBITDA teve aumento de 14% em relação ao ano anterior, em função da melhoria na performance operacional.

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais				
<i>(em milhões de R\$)</i>	2016	2017	2018	2019
Receita bruta	2.356	2.730	2.744	3.019
Receita líquida	2.023	2.364	2.390	2.656
EBITDA	926	1.002	939	1.069
Resultado do exercício	206	312	271	30
<hr/>				
Volume ferrovia (milhões de TKU)	18.243	18.097	17.353	18.133
Volume ferrovia (mil de TU)	27.041	26.735	26.002	25.768
Volume porto (Mil de TU)	22.756	29.025	28.895	30.802
<hr/>				
Dívida líquida	2.821	3.152	3.939	5.362
<hr/>				
Margem EBITDA	45,77%	42,39%	39,29%	40,25%
Margem lucro	10,18%	13,20%	11,34%	1,13%
Dívida líquida / EBITDA	3,05	3,15	4,19	5,02

2. Investimentos

Em 2019, a VLI Multimodal investiu o valor total de R\$ 334 milhões. Os recursos foram alocados principalmente em projetos de Tecnologia de Informação com foco em segurança da informação e melhorias de infraestrutura e de transformação digital com o objetivo de desenvolver soluções que suportam o crescimento dos negócios além de investimentos em aquisição de caminhões para integração do modal rodoviário ao sistema terminal-ferrovia-porto da VLI, além de investimentos na ampliação, manutenção e melhorias de terminais e portos.

3. Ética e Conformidade

A VLI Multimodal preocupa-se continuamente em manter os padrões mais elevados de Ética e Conformidade em todas as atividades do negócio, pois acredita ser esse o único caminho para criar valor para toda a sua cadeia de relacionamento (clientes, empregados, acionistas, parceiros e comunidades). Em 2019 convidamos todos os empregados a renovar nosso Código de Conduta Ética, no qual se comprometeram a viver no dia-a-dia os nossos valores.

4. Gestão de Pessoas

O ano de 2019 foi importante para os processos de Gestão de Pessoas da VLI Multimodal, trazendo resultados expressivos, especialmente nas frentes de Educação, Diversidade e Cultura. Em Educação, expandimos a Universidade VLI para o campo, criamos a Supervisão de Educação para Portos e Terminais, crescemos o número de participações em todas as ações de desenvolvimento como na Escola de Liderança, Programa Novos Líderes, Escola de Inspeção, treinamentos staffs, trilha técnica, requisitos legais e treinamentos online. A estruturação das ações de diversidade e inclusão do grupo VLI foi reconhecida tanto pelo público interno, por meio da pesquisa com a liderança da VLI para as políticas e processos de RH, quanto pelo público externo através da pesquisa realizada pela revista Você S/A, que elenca as 150 Melhores Empresas para se trabalhar no país. Já o projeto cultura atuou na capacitação de todos os níveis de liderança, preparando-os para se tornarem referência nessa jornada e desdobrarem os comportamentos por meio de roadshows para os demais empregados. Os resultados demonstraram a evolução do nível de maturidade da companhia em relação a cultura desejada.

5. Sustentabilidade

A VLI Multimodal acredita que só é possível pensar em desenvolvimento quando ele é compartilhado com a sociedade. Por isso, pauta a sua atuação no respeito às comunidades, à promoção social e na preservação do meio ambiente. Em 2019, o grupo VLI investiu mais de R\$ 6 milhões em iniciativas que visam o desenvolvimento das comunidades que convivem com as operações. Mais de 30 mil pessoas foram beneficiadas diretamente por iniciativas nas áreas de educação, cultura, esporte e saúde. Dentre as iniciativas ambientais, destaca-se a otimização no uso de recursos naturais, o monitoramento da qualidade do ar, ruídos e vibrações, emissões atmosféricas, reciclagem de resíduos sólidos e gestão de recursos hídricos.

6. Auditores Independentes

A política de atuação do Grupo na contratação de serviços adicionais à auditoria externa junto aos atuais auditores independentes do grupo se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR do Grupo.

São Paulo, 29 de maio de 2020.
Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
VLI Multimodal S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da VLI Multimodal S.A. ("Companhia"), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da VLI Multimodal S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Saldos relevantes entre a Companhia, suas controladas, coligadas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e suas controladas, coligadas e partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019 advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Isenção de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 4 (a) às demonstrações financeiras, que contém informações sobre a utilização da isenção de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, conforme item 4.a (iv) do pronunciamento técnico CPC 36 e com a norma internacional IFRS 10, a Companhia não está apresentando os valores referentes as suas controladas Ferrovia Centro Atlântica S.A., Ferrovia Norte Sul S.A., Ultrafértil S.A., Consórcio TMIB e VLI Soluções S.A., tendo em vista que a sua controladora final, VLI S.A., está elaborando um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as referidas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

COVID-19

Sem ressaltar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 34 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve os potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações e as ações tomadas até o momento.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram retificados em relação às demonstrações financeiras completas originalmente divulgadas daquele exercício as quais foram auditadas por outro auditor. Os valores correspondentes ora retificados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras foram auditados por outro auditor que emitiram relatório datado em 29 de maio de 2020, sem modificação.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVAs referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas DVAs foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, retificados em relação às originalmente divulgadas conforme descrito na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, foram auditados por outro auditor que emitiu relatório datado em 29 de maio de 2020, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 F "MG"



Marcelo Salvador

Contador

CRC nº 1 MG 089422/O-0

VLI MULTIMODAL S.A.

Balço patrimonial Em milhares de reais

	Notas	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado – Nota 5)	01/01/2018 (Reapresentado – Nota 5)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.219.266	1.275.682	1.159.651
Aplicações financeiras	6	12.450	-	-
Contas a receber	7	322.998	359.389	283.738
Derivativos	33.2	-	-	31
Estoques	8	33.806	22.421	13.638
Tributos a recuperar	10	204.339	179.565	116.138
Despesas pagas antecipadamente	12	9.051	6.132	6.726
Dividendos a receber	11	390.492	72.806	57.118
Sinistros a recuperar	13	293	61	-
Demais ativos	13	7.357	10.067	5.096
Total do ativo circulante		2.200.052	1.926.123	1.642.136
Não circulante				
Contas a receber	7	33.575	19.271	1.853
Derivativos	33.2	95.105	71.493	-
Despesas pagas antecipadamente	12	-	3.210	3.210
Tributos a recuperar	10	211.992	150.888	117.910
Sinistros a recuperar	13	41.428	41.496	41.732
Demais ativos	13	9.749	10.998	1.643
Depósitos judiciais	14	964	1.518	1.203
Adiantamento para futuro aumento de capital	9 e 24	230.000	500.000	79.978
Tributos diferidos sobre o lucro	30(a)	113.801	42.977	33.285
Investimentos	15	8.769.455	8.263.035	7.979.107
Imobilizado	16	4.753.428	3.318.181	3.306.307
Intangível	17	274.138	251.782	195.939
Total do ativo não circulante		14.533.635	12.674.849	11.762.167
Total do ativo		16.733.687	14.600.972	13.404.303
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	18	284.465	202.972	163.427
Contas a pagar	18	2.703	27.680	2.964
Empréstimos e financiamentos	19	522.302	1.130.857	331.127
Debêntures	19	300.868	12.281	11.658
Antecipações de clientes		330	1.125	344
Derivativos		-	-	4.998
Tributos a recolher	20	14.119	21.488	20.870
Tributos a recolher sobre o lucro	20	22.321	21.268	40.118
Receitas diferidas		21.688	9.461	-
Obrigações sociais e trabalhistas	21	72.974	46.434	50.596
Arrendamento	22	31.220	-	-
Dividendos a pagar	23	109.588	199.681	174.182
Provisões operacionais		10.000	10.000	10.925
Total do passivo circulante		1.392.578	1.683.247	811.209
Não circulante				
Fornecedores	18	-	9.544	8.586
Empréstimos e financiamentos	19	5.438.413	3.607.822	3.530.402
Debêntures	19	320.145	463.751	444.114
Derivativos	33.2	58.294	-	-
Receitas diferidas		53.382	62.843	-
Provisão para processos judiciais	14	658	604	112
Arrendamento	22	725.851	-	-
Benefícios a empregados	32.1	14.726	57.554	51.560
Total do passivo não circulante		6.611.469	4.202.118	4.034.774
Patrimônio líquido				
Capital social	25	8.238.854	8.238.854	8.238.854
Ajustes de avaliação patrimonial		(63.103)	(49.584)	(27.527)
Reservas de lucros		553.889	526.337	346.993
Total do patrimônio líquido		8.729.640	8.715.607	8.558.320
Total do passivo e patrimônio líquido		16.733.687	14.600.972	13.404.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado – Nota 5)
Receita líquida dos serviços prestados	26	2.646.067	2.390.213
Custo dos serviços prestados	27	(2.423.234)	(2.143.023)
Lucro bruto		222.833	247.190
Receitas (despesas) operacionais		(72.603)	(5.379)
Com vendas	28(a)	(15.051)	(13.455)
Gerais e administrativas	28(b)	(214.612)	(183.263)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28(c)	152.103	192.709
Perdas líquidas sobre ativos financeiros e de contratos		4.957	(1.370)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		150.230	241.811
Resultado de equivalência patrimonial	15	219.137	325.556
Resultado financeiro	29	(407.397)	(298.301)
Receitas financeiras		177.220	142.799
Despesas financeiras		(519.728)	(363.937)
Ganhos (perdas) com variação monetária e cambial		(64.889)	(77.163)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(38.030)	269.066
Imposto de renda e contribuição social	30(b)	77.279	9.692
Tributos correntes		-	-
Tributos diferidos		77.279	9.692
Lucro líquido do exercício (i)		39.249	278.758
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	25(d)	0,00010	0,00073

(i) Efeito total no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e referente a adoção ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 2(d)) monta em R\$ 25.843 e contempla (R\$ 111.777) a título de depreciação (Nota 27); (R\$ 64.452) de despesas financeiras (Nota 29); e R\$ 5.717 de tributos diferidos. Não contempla (R\$ 144.669) de custos de arrendamentos pagos em 2019 e alterados pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado - Nota 5)
Lucro líquido do exercício	39.249	278.758
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Remensuração de obrigações de benefícios (Nota 25(b))	<u>(12.037)</u>	<u>(22.057)</u>
	<u>27.212</u>	<u>256.701</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.

Demonstração do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de expansão	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial		
Em 1º de janeiro de 2018	8.238.854	50.812	596.041	582	(27.527)	-	8.858.762
Ajustes de exercícios anteriores (Nota 5)	-	-	(299.860)	(582)	-	-	(300.442)
Saldo de abertura representado	8.238.854	50.812	296.181	-	(27.527)	-	8.558.320
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido de exercício	-	-	-	-	-	278.758	278.758
Outros resultados abrangentes – reflexos de controladas							
Remensuração de obrigações de benefícios (Nota 25(b))	-	-	-	-	(22.057)	-	(22.057)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	(22.057)	278.758	256.701
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas							
Constituição de reservas	-	13.938	165.406	-	-	(179.344)	-
Dividendos propostos (Nota 23)	-	-	-	-	-	(99.414)	(99.414)
Em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	8.238.854	64.750	461.587	-	(49.584)	-	8.715.607
Resultado abrangente do exercício							
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	39.249	39.249
Outros resultados abrangentes – reflexos de controladas							
Remensuração de obrigações de benefícios (Nota 25(b))	-	-	-	-	(12.037)	-	(12.037)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.482)	-	(1.482)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	(13.519)	39.249	25.730
Redução de reservas	-	-	(2.376)	-	-	-	(2.376)
Constituição de reservas	-	1.962	27.966	-	-	(29.928)	-
Dividendos propostos (Nota 23)	-	-	-	-	-	(9.321)	(9.321)
Em 31 de dezembro de 2019	8.238.854	66.712	487.177	-	(63.103)	-	8.729.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado – Nota 5)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		39.249	278.758
Ajustes			
Resultado de equivalência patrimonial	15	(219.137)	(325.556)
Depreciação e amortização	16 e 17	919.261	697.419
Baixas para perdas		-	380
Perdas de crédito	28(c)	3.625	-
Provisões para perdas e processos judiciais	28(c) e 29	(4.229)	2.797
Resultado de operação de <i>hedge</i> (variação cambial, marcação a mercado de <i>swap</i> e objeto de <i>hedge</i>)	28	75.259	50.152
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial		24.382	3.421
(Ganho) perda na alienação de imobilizado	16, 17 e 28(c)	13.393	(8.410)
Receitas diferidas		(9.462)	(59)
Ajuste a valor presente de contas a pagar		-	521
Despesas com obrigação de benefícios		(28.926)	6.257
Encargos de fianças		999	-
Tributos diferidos sobre o lucro	30(b)	(77.280)	(9.692)
Despesas financeiras - juros sobre empréstimos	19 e 29	278.397	294.502
Despesas financeiras – custos de transação	19 e 29	7.578	7.964
Despesas financeiras - arrendamentos		64.452	-
Ganho na aquisição de participação societária	1(a) e 28(c)	-	(27.675)
		1.087.561	970.779
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		35.316	(95.908)
Derivativos		63.835	-
Estoques		(11.385)	(8.783)
Tributos a recuperar		(33.168)	22.446
Tributos antecipados sobre o lucro		-	19.191
Depósitos judiciais		696	(263)
Sinistros a recuperar		(164)	175
Demais ativos		(217)	(13.726)
Fornecedores		71.684	40.653
Contas a pagar		(24.977)	24.692
Derivativos		-	(16.209)
Tributos a recolher		(7.427)	605
Tributos a recolher sobre o lucro		1.050	(18.848)
Obrigações sociais e trabalhistas		26.540	(4.162)
Benefícios a empregados		(11.526)	(263)
Receitas diferidas		-	72.306
Demais passivos		6.024	(1.239)
		1.203.842	991.446
Caixa líquido gerado pelas operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.605)	(19.191)
		1.201.237	972.255
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	16, 28(c)	(404)	9.750
Caixa líquido de incorporação	1(a)	69.031	-
Aplicações financeiras		(12.450)	-
Aporte de capital em controlada	15	(210.000)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	16 e 17	(905.142)	(860.110)
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido	1(a)	-	(10.000)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	23	(280.000)	(500.000)
Dividendos recebidos		50.838	96.096
		(1.288.127)	(1.264.264)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos com instituições financeiras	4(aa), 19,2	1.760.681	1.072.847
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	4(aa), 19,2	(1.117.888)	(321.287)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	19,2	(347.736)	(265.700)
Pagamento de imposto de renda sobre empréstimos	19,2	(5.754)	(3.905)
Pagamento de arrendamentos	22	(159.415)	-
Dividendos pagos		(99.414)	(73.915)
		30.474	408.040
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento			
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	1.275.682	1.159.651
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1(a), 6	1.219.266	1.275.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado - Nota 5)
Receitas		
Vendas brutas de serviços	3.017.786	2.743.811
Outras receitas	259.273	276.024
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – reversão / constituição	4.282	(2.305)
	3.281.341	3.017.530
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(1.624.081)	(1.596.852)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(311.009)	(160.218)
Provisão para perda, processos judiciais, líquida de reversões	(3.702)	(492)
Outros	(22.421)	(24.830)
	(1.961.213)	(1.782.392)
Valor adicionado bruto	1.320.128	1.235.138
Depreciação e amortização	(919.261)	(697.419)
Valor adicionado líquido produzido	400.867	537.719
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de participações societárias	219.137	325.556
Receitas financeiras e variações cambiais	467.518	295.869
	686.655	621.425
Valor adicionado total a distribuir	1.087.522	1.159.144
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	183.704	171.126
Impostos, taxas e contribuições	(18.794)	118.759
Remuneração de capitais de terceiros	883.363	590.501
Remuneração de capital próprio	39.249	278.758
Valor adicionado distribuído	1.087.522	1.159.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 - Contexto operacional

A VLI Multimodal S.A. é uma sociedade anônima, (doravante denominada “Companhia” ou “VLI Multi”) com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, é controlada pela VLI S.A. (“VLI”) e tem por objeto social as seguintes atividades:

- (a) Prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal - OTM;
- (b) Construção, conservação, manutenção e monitoramento, operação e exploração de ferrovias e;
- (c) exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, projetos logísticos para o transporte de carga, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não.

A Companhia poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outros empreendimentos.

A VLI Multimodal S.A. iniciou suas atividades operacionais em maio de 2011. Em 30 de novembro de 2011, a Vale Operações Ferroviárias S.A. passou a denominar-se VLI Multimodal S.A.

As participações diretas da VLI Multi são:

	Participações diretas	
	31/12/2019	31/12/2018
Controladas diretas		
Ferrovias Centro-Atlântica S.A. (“FCA”)	99,99%	99,99%
Ferrovias Norte Sul S.A. (“FNS”)	100,00%	100,00%
Ultrafértil S.A. (“Ultrafértil”) (i)	84,77%	82,89%
VLI Soluções S.A. (“VLI Sol”)	-	99,99%
VLI Locações de Locomotivas Ltda. (“VLILL”) – Incorporada em 31 de agosto de 2019	-	100,00%
Controladas indiretas		
Consórcio TMIB	50%	50%

(i) Os efeitos da variação de participação da Ultrafértil (transação de capital entre acionistas) foram refletidos no patrimônio Líquido (Nota 25(b)).

Ferrovias Centro-Atlântica S.A. - Controlada

A FCA é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Belo Horizonte (MG), tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário. A FCA é controlada direta da VLI Multi, que detém 99,99% de seu capital social.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026 podendo ser renovada por mais 30 anos, a critério exclusivo do poder concedente, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a FCA celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026 renovável por mais 30 anos, a critério exclusivo do poder concedente.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (doravante denominada "ANTT") autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. - Ferroban (doravante denominada "Ferroban"), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo intangível os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferroban relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito acima, passando o mesmo a compor os ativos de concessão da Malha Centro Leste. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferroban.

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da ANTT, que autoriza a FCA a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolveria um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis. Em maio de 2016, através da resolução 5101, a ANTT revogou a devolução dos trechos economicamente viáveis. A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

Os trechos antieconômicos foram devolvidos, em 2014, em conformidade com ANTT e os trechos viáveis economicamente serão desativados somente após a realização de novas licitações. Os trechos envolvidos conforme a resolução são os seguintes:

I – Trechos antieconômicos:	II– Trechos viáveis:
1. Paripe (BA) – Mapele (BA);	1. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA);
2. Ramal do Porto de Salvador;	2. Alagoinhas (BA) – Propriá (SE);
3. General Carneiro (MG) a partir do km 588+600 – Miguel Burnier (MG);	3. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES);
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira (MG);	4. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) – Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo trecho Recreio – Cataguases;
5. Biagópolis (SP) – Itaú (MG);	5. Visconde de Itaboraí (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ);
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP); e	6. Corinto (MG) a partir do Km 856+100 – Alagoinhas (BA);
7. Barão de Angra (RJ) – São Bento (RJ).	

Em 21 de janeiro de 2016 a ANTT definiu, através da Deliberação nº 29, diretrizes para contabilização dos reinvestimentos a serem executados pela FCA no trecho Centro-Leste. A Agência deliberou diretrizes de contabilização para fins regulatórios e controle do saldo devedor dos passivos devidos pela FCA à União Federal.

As principais diretrizes apresentadas foram:

- O valor total autorizado para a execução das obras constantes do Anexo I, da Deliberação ANTT nº 284/2015, deverá corresponder ao valor da indenização atualizado, considerando inicialmente a data base de março de 2012.
- Cada obra será registrada em conta contábil específica, respeitado o Plano de Contas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Ferroviária Federal, de forma que permita o controle e fiscalização por parte da Agência.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- O registro da baixa contábil do bem será pelo valor efetivamente incorrido pela FCA para a execução da obra, e se dará mediante a Quitação da Obra, que ocorre com a conclusão, recebimento pela ANTT e transferência de propriedade.
- Para o controle do saldo da indenização deverá ser observado o valor autorizado para a execução da obra que será atualizado pela variação do IPCA a partir da data-base informada no Ato Autorizativo, até o final do prazo definido para a Quitação da Obra.
- A Concessionária deverá divulgar em notas explicativas às Demonstrações Financeiras, demonstrativo atualizado contendo o saldo da indenização, de modo que fiquem evidenciados as seguintes informações: valor inicial da indenização a preços de março de 2012, valor da atualização, valor dos bens dados em pagamento no período e saldo devedor atualizado.

Em novembro de 2019, a FCA concluiu acordo com a ANTT, União e Ministério Público, de se substituir a realização dos investimentos relacionados à Resolução 4.131, pela quitação pecuniária em 60 parcelas a se iniciarem em janeiro de 2020, do montante atualizado até a data base de junho de 2019, de R\$ 1.203.860. Este valor já se apresentou líquido pela homologação de obras realizadas pela FCA e no montante de R\$ 111.638 (Nota 18).

Ferrovia Norte Sul S.A. - Controlada

A FNS é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007, sendo regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A FNS tem sede na Cidade de São Luís (MA) e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão, com duração de 30 anos, renovável por mais 30 anos, a critério das partes.

A FNS tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a FNS e a VALEC - Engenharia Construções e Ferrovias S.A. ("VALEC"), sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão, entre Açailândia (MA) e Palmas (TO).

Em 29 de dezembro de 2015, a VLI Multimodal S.A. assumiu integralmente o controle acionário da Ferrovia Norte Sul S.A. mediante conferência ao capital social da VLI Multimodal S.A. pela VLI S.A. de 357.565.023 (trezentas e cinquenta sete milhões, quinhentas sessenta cinco mil e vinte três) ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A. e de propriedade da VLI S.A., para integralização de 18.524.575.139 (dezoito bilhões, quinhentas vinte quatro milhões, quinhentas e setenta e cinco mil e cento e trinta nove) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da VLI Multimodal S.A. emitidas na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2015.

Consórcio TMIB ("TMIB")

Em 15 de março de 2013 foi celebrado um contrato, entre a Petróleo Brasileiro S.A - "Petrobras" e a VLI Operações Portuárias S.A - "VLI", que teve por objeto a constituição de um Consórcio através da união de ativos, recursos técnicos, humanos e financeiros das consorciadas, visando a operação comercial do Terminal Marítimo Inácio Barbosa - TMIB.

O TMIB é um terminal portuário privativo de uso misto, localizado no km 22 da Rodovia SE 226, no Estado de Sergipe, de propriedade da Petrobras, cujo a execução do serviço de operação encontra-se sob a responsabilidade da Vale S.A. conforme contrato operacional datado de 13 de dezembro de 2004, e posterior contrato de 15 de maio de 2013.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A VMM, como líder do consórcio, é responsável por toda a operação do TMIB e por toda tomada de gestão no empreendimento, sendo configurado o seu controle. Seus impactos são registrados no balanço da VMM seguindo o CPC 18 (R2) / IAS 28, sendo a entidade equiparada a uma investida.

Ultrafertil S.A. – Controlada

A Ultrafertil S.A. é uma Companhia operacional que tem por atividades principais a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado, utilizadas na movimentação e/ou armazenamento de carga própria e de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e de demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privado misto. Constituída como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, com sede no município de Belo Horizonte (MG), as ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

Incorporação societária reversa da TUF Empreendimentos e Participações S.A. (TUF)

A partir de 29 de dezembro de 2017, como resultado da incorporação societária e com a consequente extinção da TUF Empreendimentos e Participações S.A., todas as operações e atividades foram transferidas para a Ultrafertil S.A., que passou a suceder a TUF em todos os seus direitos e obrigações sem qualquer solução de continuidade.

As acionistas da incorporada, em substituição às ações por elas detidas na TUF Empreendimentos e Participações S.A., receberam novas ações na mesma proporção das respectivas participações na incorporada. A relação de substituição de ações da Ultrafertil S.A. será de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal para cada ação ordinária nominativa e sem valor nominal da incorporada, conforme premissas detalhadas no Protocolo de Incorporação, e mantidas as atuais proporções de participação no capital social.

Ultrafertil S.A. - Quadro societário após a Incorporação			
Acionista	Quantidade de ações	Valor	Participação - %
Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. (anteriormente Vale Fertilizantes S.A.)	680.293	209.071	17,11%
VLI Multimodal S.A.	3.295.016	1.012.850	82,89%
	3.975.309	1.221.921	100%

A incorporação faz parte de um processo de reorganização societária e de negócios envolvendo o grupo econômico da Incorporada e da Incorporadora, bem como a Vale Fertilizantes S.A., que tem como finalidade:

- (i) adequar a estrutura jurídica que envolve a gestão e a operação do TIPLAM à atual realidade, aproximando as atividades da Incorporadora à holding que a controla indiretamente, a VLI S.A.;
- (ii) racionalizar a estrutura jurídica com a eliminação dos processos e órgãos em duplicidade (diretoria, comitês, conselho de administração e assembleia), o que representará eficiência administrativa e operacional para a Incorporadora e para seu grupo econômico, com a consequente redução e otimização de custos e despesas, e racionalização de seus processos, inclusive em relação à elaboração e arquivamento de atos societários, contratação de despachantes e publicações de atos e demonstrações financeiras; e
- (iii) Consolidar em uma única sociedade os recursos empresariais e patrimônios das Sociedades, permitindo, assim, uma melhor gestão de operações, ativos e fluxos de caixa das empresas, e, via de consequência, trazendo maiores benefícios para as atividades sócias desempenhadas.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Ativos líquidos – Patrimônio líquido</u>	<u>Parcela da Incorporação (Reapresentado – Nota 5)</u>
Ativo incorporados	1.641.049
Passivo assumidos	(139.803)
Ativos Líquidos (Patrimônio Líquido)	<u>1.501.246</u>

Balanco Patrimonial da TUF Empreendimentos e Participações S.A. - Base Incorporação

	<u>31/10/2017 (Reapresentado – Nota 5)</u>
Ativo	
Não circulante	
Adiantamento para futuro aumento de capital	140.000
Participação Societária	1.233.094
Ágio	267.955
	<u>1.641.049</u>
Total do ativo	<u>1.641.049</u>
Passivo e patrimônio líquido	
Não circulante	
Adiantamento para futuro aumento de capital	139.803
	<u>139.803</u>
Patrimônio líquido	
Capital social	1.453.366
Ajuste de avaliação Patrimonial	3.102
Reservas de lucros	64.585
Prejuízos acumulados	(19.807)
Total do patrimônio líquido	<u>1.501.246</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.641.049</u>

VLI Locações de Locomotivas Ltda. – Controlada

Em 7 de março 2018, a VLI Multi adquiriu 87.300.000 (oitenta e sete milhões e trezentas mil) quotas, representando 100% das quotas de participação da VLILL. A empresa é uma sociedade limitada com sede em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais foi fundada em 16 de setembro de 2014 e tem por objeto social a atividade de locação de locomotivas e o transporte ferroviário interurbano, intermunicipal e interestadual de cargas.

(a) Aquisição VLILL

A aquisição faz parte do planejamento do negócio da VLI Multi em busca de melhor retorno às suas operações visando a continuidade da mesma.

A VLI Multi adquiriu as quotas pelo preço total de R\$ 10.000 mil referente a esta aquisição. O valor do acervo líquido da controlada VLILL, avaliado na data-base de 31 de dezembro de 2017, foi de R\$ 12.172, tendo gerado, portanto, lucros na aquisição de R\$ 2.172. O acervo líquido é composto como segue:

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2017</u>
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	114.990
Contas a receber	22.705
Tributos a recuperar	40.506
Não circulante	
Tributos a recuperar	22.122
Imobilizado	702.641
Total do ativo	<u>902.964</u>
Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	
Fornecedores	23
Empréstimos e financiamentos	120.987
Tributos a recolher	1.206
Não circulante	
Empréstimos e financiamentos	734.451
Dividendos a pagar	24.600
Receita diferida	9.525
Patrimônio líquido	
Capital social	10.000
Reserva legal	1.339
Lucros acumulados	833
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>902.964</u>

No exercício findo em 30 de junho de 2018, a Companhia finalizou a análise da alocação do valor justo do preço de compra (“PPA”) da VLILL, conforme requerido pelo CPC 15 (R1) – “Combinação de negócios”. Esta análise resultou no registro de R\$ 25.503 a título de valorização de carteira de clientes.

(b) Incorporação VLILL

A incorporação da VLI LL na VLI S.A. foi feita considerando o valor de livro das informações financeiras da VLILL em 31/08/2019, por se tratar de incorporação de empresa de controle comum.

A incorporação faz parte de um processo de reorganização societária e de negócios envolvendo o Grupo econômico da Incorporada e da Incorporadora, que tem como finalidade:

- (i) Refletir a integração das atividades realizadas pelas empresas do grupo;
- (ii) Racionalizar e simplificar a estrutura societária do Grupo VLI, eliminando burocracias, com a consequente redução de custos e despesas operacionais;
- (iii) A união dos recursos empresariais e patrimônios envolvidos na operação das sociedades referidas permitirá uma melhor gestão de operações, ativos e fluxos de caixa das empresas, resultando assim numa melhor utilização de seus recursos operacionais que trará maiores benefícios para as atividades desempenhadas;
- (iv) Reduzir os custos de realização, arquivamento e publicação de atos societários e demonstrações financeiras; e
- (v) Permitir a realização de uma governança mais eficiente.

	<u>31/08/2019</u>
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	69.030
Contas a receber	12.551
Tributos a recuperar	12.242
Demais ativos	14
Total do ativo circulante	<u>93.837</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/08/2019</u>
Não circulante	
Tributos a recuperar	25.304
Imobilizado	638.032
Total do ativo não circulante	<u>663.336</u>
Total do ativo	<u>757.173</u>
Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	
Fornecedores	37
Debêntures	122.404
Tributos a recolher sobre o lucro	2.605
Receitas diferidas	17.403
Dividendos a pagar	34.618
Total do passivo circulante	<u>177.067</u>
Não circulante	
Empréstimos e financiamentos	533.232
Total do passivo não circulante	<u>533.232</u>
Patrimônio líquido	
Capital social	10.000
Reserva de lucros	12.000
Lucros acumulados	24.874
Total do patrimônio líquido	<u>46.874</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>757.173</u>

VLI Soluções S.A. – Controlada

A VLI Soluções S.A. foi constituída em 21 de fevereiro de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro. A Companhia controlada pela VLI S.A. tem por objeto social, dentre outros, exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte e movimentação de carga, bem como construção, operação e exploração de terminais marítimos próprios ou de terceiros.

2 - Base de preparação das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 29 de maio de 2020, as quais serão submetidas para aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros e derivativos designados e mensurados pelo valor justo.

(c) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Vigência a partir de 1ª de janeiro de 2020:

- IFRS 17 – Contratos de seguros – a aplicação dessa norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alterações à IFRS 3 – Combinação de negócios. Esclarece aspectos para a definição de negócio. A Companhia avaliará os efeitos dessa norma em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos.
- Alterações à IAS 1 e IAS 8 – Políticas contábeis, alterações nas estimativas e erros contábeis – definição de materialidade – a aplicação dessa norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Demonstrações Consolidadas e Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture* - tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture* – a aplicação dessa norma não deverá trazer impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

(d) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019.

(i) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Leases (Arrendamentos)”

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) – “Operações de Arrendamento Mercantil” e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) – “Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil”.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas aos antigos contratos de arrendamento serão alteradas. O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação e amortização de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Transição

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada.

A Companhia adotou a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizavam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicou a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03.

O Grupo utilizou as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como computadores, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

O registro dos direitos de uso seguiu as características dos ativos subjacentes, tendo sido as locomotivas e vagões registrados no imobilizado (Nota 9).

A partir da adoção da norma de contratos de arrendamentos a Companhia passou a apresentar e divulgar, separadamente, em nota explicativa todos os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento, bem como as despesas de juros sobre e amortização de tais ativos e passivos. Os efeitos de aplicação da norma em 1º de janeiro de 2019 foram R\$ 902.305 (imobilizado) e R\$ 902.305 (obrigações de arrendamento).

Seguindo as instruções emanadas pela CVM, as obrigações de arrendamento foram apresentadas de forma bruta, contemplando PIS e COFINS (Nota 19), que em 1º de janeiro de 2019, equivalem a R\$ 83.463, correspondendo a 9,25% do saldo a valor presente adotado na transição.

Nas demonstrações dos fluxos de caixa os pagamentos de arrendamento estão classificados e divulgados separadamente.

A partir de 2019, a Companhia passou a divulgar em notas explicativas específicas as seguintes informações:

- encargos de depreciação e amortização para ativos de direito de uso (Nota 27);
- despesas de juros sobre passivos de arrendamento (Nota 29);
- saídas de caixa com o total de pagamentos efetivados de arrendamentos (Nota 22);
- valor contábil de ativos de direito de uso ao final do período por classe de ativo subjacente (Nota 16).

Os valores reconhecidos foram descontados pelas seguintes taxas incrementais nominais de captação, que foram calculadas para cada contrato, levando-se em consideração o custo de captação médio do Grupo VLI em relação às dispersões do CDI futuro, conforme bases da BM&F, em 28/12/2018:

	VMM
Vagões	de 9,00% a 9,69%
Locomotivas	de 8,04% a 9,69%

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis, os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12 (33):

Prazos contratuais projetados pelo CDI futuro – BM&F	Taxa
1 a 2 anos	7,81% a 8,58%
3 a 4 anos	9,24% a 9,76%
5 a 6 anos	10,10% a 10,38%
7 a 8 anos	10,60% a 10,74%
9 a 10 anos	10,83% a 10,92%
11 a 12 anos	11,00% a 11,06%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) IFRIC 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda"

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

(iii) Outros normativos

As normas elencadas a seguir também foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019, mas não tiveram impactos materiais para a Companhia:

- IAS 12/CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro" - esclarece que os efeitos tributários (impostos sobre a renda) sobre distribuições de dividendos relacionados a instrumentos financeiros classificados no patrimônio líquido, devem seguir a classificação das transações ou eventos passados que geraram os lucros distribuíveis. Este requerimento é aplicável para todos os efeitos de imposto de renda relacionadas a dividendos, incluindo distribuições cujos tratamentos contábeis sejam similares a dividendos, como exemplo: juros sobre capital próprio.
- IAS 23/CPC 20 - "Custos de Empréstimos": a alteração esclarece que, se um empréstimo específico permanecer em aberto após o correspondente ativo qualificável estar pronto para o uso ou venda (conforme o caso), ele se tornará parte dos empréstimos gerais para fins de determinação dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização em outros ativos qualificáveis, para os quais não existam empréstimos específicos.
- IFRS 3/CPC 15 - "Combinação de Negócios": esclarece que a obtenção de controle sobre um negócio que anteriormente era uma operação conjunta (sob IFRS 11) da adquirente, é uma combinação de negócios em estágios (*step-acquisition*). Dessa forma, a adquirente deve remensurar a participação anteriormente detida na operação conjunta ao valor justo, na data da aquisição.
- IFRS 11/CPC 19 - "Negócios em Conjunto": esclarece que, quando uma entidade obtém o controle conjunto de um negócio que é uma operação conjunta, ela não remensura as participações anteriormente detidas nessa operação conjunta.
- IAS 19/CPC 33 - A alteração especifica que, quando ocorrer um evento de alteração, redução ou liquidação de um plano de benefício definido, a entidade deve atualizar as premissas anteriormente utilizadas e remensurar o custo de serviço corrente e os juros líquidos pelo período remanescente, após as modificações.
- IAS 28/CPC19 - "Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto." O IFRS 9 exclui de seu escopo participações societárias em coligadas e empreendimentos conjuntos, os quais são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o IAS 28. A alteração ao IAS 28 esclareceu que a referida exclusão de escopo no IFRS 9 se aplica apenas aos elementos dos investimentos que forem contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Dessa forma, a contabilização de instrumentos financeiros de longo prazo com uma coligada ou *joint venture* que, em substância, fazem parte do investimento líquido nessas investidas, mas para os quais o método de equivalência patrimonial não se aplica, deve seguir os requerimentos do IFRS 9.

3 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(i) Redução do valor recuperável de ativos

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".

(ii) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

(iii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

(iv) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporárias em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos diferidos sobre o lucro, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

(v) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de desconto de títulos de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Concessão e subconcessão

A Companhia segue as orientações da ICPC 01 e da OCPC 05 para contabilizar a concessão e a subconcessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços de suas controladas. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- (i) Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- (ii) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão ou da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- (iii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price-cap*" é raramente atingido.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

4 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

(a) Demonstrações financeiras

A Companhia não apresenta suas demonstrações financeiras de forma consolidada, conforme permitido pelo CPC 36, considerando os seguintes aspectos: (a) a VLI Multimodal S.A. é uma controlada da VLI S.A., a qual não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; (b) os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados em mercado aberto; (c) a VLI Multimodal S.A. não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ou outro órgão regulador, visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto; e (d) a controladora da Companhia disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações realizadas nas demonstrações financeiras de cada Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional adotada pela Companhia e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real.

(c) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(e) Ativos financeiros

Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado) – VJR e VJORA
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Reconhecimento e desreconhecimento

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

- Custo amortizado.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
- Valor justo por meio do resultado.

(f) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

(g) Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, recebíveis com partes relacionadas; e
- perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação, dos quais se destacam recebíveis com natureza de “*Take or pay*”; e;
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera as informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações históricas e futuras.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

(h) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas da Companhia administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As exposições cambiais dos empréstimos no exterior

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contam com suas posições protegidas via operações de *hedge* (contratos de *swap*), efetuadas sob a orientação da Tesouraria da Companhia.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como *hedge* de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica;
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e variação cambial de empréstimos em moeda estrangeira. O ganho ou perda relacionados as parcelas efetivas e não efetivas de *swaps* é reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 33.

(i) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

(j) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(k) Investimentos em controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a Controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das controladas são as mesmas da Companhia.

O uso do método de equivalência patrimonial será suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada e deixar de ter controle sobre a até então controlada, exceto no balanço individual, se a investida passar de controlada para coligada. Quando o método de equivalência é suspenso, o investimento será tratado como instrumento financeiro de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Havendo perda de influência e do controle, o investimento remanescente na ex-coligada ou ex-controlada passará a ser avaliado pelo valor justo e a Companhia reconhece no resultado do exercício qualquer diferença entre:

- (i) o valor justo do investimento remanescente, se houver, e qualquer montante proveniente da alienação parcial de sua participação na coligada e na controlada; e
- (ii) o valor contábil do investimento na data em que foi perdida a influência significativa ou foi perdido o controle.

(l) Consórcios

São equiparadas à investimentos, sendo consolidados em caso de existência de controle.

(m) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Imóveis	56
Instalações auxiliares e sistemas operacionais	45
Equipamentos autônomos	21
Veículos	5
Bens administrativos e auxiliares	17
Equipamentos e aplicativos de informática	5
Locomotivas	30
Vagões	33
Vias permanentes	54
Outros ativos	22

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas”.

Os juros e custos de transação referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures, relacionados ao projeto de expansão, foram apropriados no ativo imobilizado.

(n) Intangível

Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Direitos adquiridos de comercialização de transporte ferroviário

Os direitos adquiridos são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e se referente aos direitos de exclusividade conferidos à VLI Multimodal S.A. de contratar prestação exclusiva de serviços ferroviários e acessórios prestados pela Vale S.A.

Amortização

A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Anos</u>
Backlog de clientes	18
Imóveis	42
Instalações auxiliares	49
Softwares, equipamentos e aplicativos de informática	5
Vias permanentes	12
Compra de capacidade	1
Direitos de concessão	12

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

(o) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão deste na data do balanço.

(p) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(q) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

(r) Arrendamentos

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros; e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, moeda e garantia, por exemplo.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos.

(s) Provisões

As provisões para as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(t) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

(u) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia, através da sua Controlada Ultrafértil, é patrocinadora dos planos Petros Ultrafértil, que está estruturado na modalidade de benefício definido e adicionalmente, plano de assistência médica Ultrafértil garantido pela Resolução RN N° 279/11 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS que garantem aos empregados demitidos e beneficiários a permanência no plano vitaliciamente, ou se a contribuição for inferior a dez anos, cada ano de serviço prestado dará direito a um ano de permanência no plano, o passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de pensão é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado. Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados. Estes planos encontram-se bloqueados a novas adesões de participantes.

A Companhia também é patrocinadora do Plano Vale Mais e Valia Prev que está estruturado na modalidade de contribuição variável, onde na fase de acumulação de recursos não existe passivo atuarial uma vez que os compromissos estão limitados ao saldo de contas formados pelas contribuições efetuadas pelos participantes e pela patrocinadora. Na fase de concessão do benefício o saldo de contas é transformado em uma renda mensal vitalícia, determinada por um fator atuarial que leva em consideração a expectativa de vida do participante e de seu beneficiário, e uma taxa real anual de juros, sendo, nesta fase, avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, para cálculo do passivo atuarial, o valor presente da obrigação de benefício são calculados nos moldes do CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração da Companhia VLI. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Incentivos de longo prazo

Os programas de Incentivos de longo prazo oferecidos pelo Grupo VLI (*Matching, Phantom e Retention*) estão descritos na Nota 32. Os referidos incentivos classificam-se como “outros benefícios de longo prazo” pelo CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a Empregados e tem seus efeitos reconhecidos diretamente na demonstração do resultado, respeitando-se o princípio da competência e as melhores estimativas da UVV a cada data-base de reporte.

(v) Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias não resgatáveis, todas sem valor nominal. Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

(w) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços portuários, transporte ferroviário e rodoviário, e movimentação portuária no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que: (i) quando a Companhia cumpre com a as obrigações de desempenho; (ii) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e (iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transportes de carga ferroviários, rodoviários e portuários a medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Receitas diferidas

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros. As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando decorrido o prazo de competência ou da prestação de serviços futuros.

(x) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que esta reserva atinja 20% do capital social.

(y) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 29, A Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(z) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (“DVA”) de acordo com os pronunciamentos do CPC 09 e práticas internacionais pelo IFRS, que são apresentados como informação suplementar.

(aa) Fluxo de caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

As transações que não afetaram caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 dizem respeito a:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) capitalização em Controlada de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$ 550.000 (Nota 24);
- (ii) reconhecimento de dividendos a receber de Controladas e ainda não pagos no montante de R\$ 243.255 (Nota 15);
- (iii) baixa dos valores de dividendos a pagar pela VLILL à VMM no montante de R\$ 34.618, por conta da incorporação da VLILL e em contrapartida aos saldos de investimentos (Nota 1(a));
- (iv) rolagem de dívida no exterior no montante de R\$ 403.009 (Nota 19); e
- (v) correções monetárias no direito de uso e obrigações de arrendamento e que derivam do IFRS 16 no montante de R\$ 5.707 (Notas 16 e 22).
- (vi) adições de direitos de uso no imobilizado, arrendamento, e que derivam do IFRS 16 nos montantes de R\$ 46.630 e R\$ 37.492, respectivamente (Notas 16 e 22);

As transações que não afetaram caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 dizem respeito as:

- (i) ativações no intangível da valorização de carteira de clientes oriundos da aquisição da VLILL no montante de R\$ 25.503 (vide Nota 1);
- (ii) capitalização em Controlada de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$ 79.978 (Nota 24);
- (iii) provisionamento dos dividendos a pagar no valor de R\$ 99.414, referentes ao resultado do exercício de 2018 (Nota 23); e
- (iv) o reconhecimento de dividendos a receber de Controladas e ainda não pagos no montante de R\$ 61.785 (Nota 15).

Os efeitos da aquisição e incorporação da VLILL, respectivamente em 2018 e 2019, com exceção do caixa e equivalentes de caixa adquirido (Nota 1(a)), foram excluídos na demonstração de fluxo de caixa, conforme roga o CPC 03 (IAS 7).

5 - Reapresentação de informações comparativas

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração da Companhia:

- (a) a Controlada Ultrafértil procedeu a reconsideração do processo de aquisição de participação societária, cujo ativo subjacente era o porto TIPLAM, tendo concluído que o ágio anteriormente identificado correspondia, de fato, a mais valia de direito de exploração de concessão. Desta forma, a Companhia procedeu com a:
 - (i) alteração da natureza do ativo, passando a ser denominado direito de exploração de concessão;
 - (ii) amortização linear desde a sua constituição em 30 de junho de 2013 até a data de término do contrato de concessão em 31 de outubro de 2039, tanto para fins contábeis quanto para fins fiscais, e
 - (iii) registro dos respectivos efeitos fiscais.
- (b) concluiu processo de revisão de conciliações contábeis que culminou com a identificação de erros referentes a exercícios anteriores nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, tributos a recuperar, depósitos judiciais, tributos diferidos sobre o lucro, intangível, fornecedores, reservas de capital e reserva de lucros.

Os ajustes sustentam-se substancialmente em falhas de controles internos e no processo de conciliação da Companhia e que derivam do rápido e vertiginoso crescimento das operações nos anos que se sucederam a criação do Grupo VLI. A mitigação se dá pela implementação de rotinas e controles mais rígidos, bem como fortalecimento da cultura interna no Grupo VLI.

- (c) efetuou revisão das considerações acerca da sua influência na Consórcio TMIB e concluiu quanto ao exercício de controle indireto nas operações do empreendimento, o que portanto equipara o TMIB à

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

uma investida, tendo sido os efeitos patrimoniais e de resultado sido expurgados das demonstrações financeiras da VMM.

- (d) Adicionalmente, a Companhia revisou seu entendimento quanto ao momento de reconhecimento de suas contingências de discussão da exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e COFINS. O reconhecimento dado no exercício de 2018 se sustentou no fato de ter o Supremo Tribunal Federal, no RE nº 574.706, em sede de repercussão geral, pacificado o entendimento pela inconstitucionalidade da abrangência no imposto estadual no conceito de receita. A Administração concluiu, portanto, que o trânsito em julgado constitui indicador primário no reconhecimento dos ganhos e portanto, está procedendo com o estorno dos ganhos registrados no exercício de 2018.
- (e) Por fim, a Companhia reconsiderou sua interpretação quanto a dedutibilidade fiscal dos planos de incentivo de longo prazo concedido a seus executivos, tendo os efeitos sido reapurados nas apurações fiscais de exercícios anteriores.

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração no balanço patrimonial:

	31/12/2018		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Ativos			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (b) (c)	1.350.656	(74.974)	1.275.682
Contas a receber (c)	374.296	(14.907)	359.389
Estoques (c)	23.639	(1.218)	22.421
Tributos a recuperar (b) (d) (e)	165.232	14.333	179.565
Demais ativos (b)	15.143	(5.076)	10.067
	2.007.965	(81.842)	1.926.123
Não circulante			
Tributos a recuperar (b) (d) (e)	294.522	(143.634)	150.888
Depósitos judiciais (b)	2.604	(1.086)	1.518
Tributos diferidos sobre o lucro (b)	16.277	26.700	42.977
Investimentos (a) (b) (c) (d)	8.476.996	(213.961)	8.263.035
Imobilizado (b) (c)	3.380.847	(62.666)	3.318.181
	13.069.496	(394.647)	12.674.849
	15.077.461	(476.489)	14.600.972
Passivo			
Circulante			
Fornecedores (b) (c)	260.456	(57.484)	202.972
Tributos a recolher sobre o lucro (b) (d) (e)	-	21.268	21.268
	1.719.463	(36.216)	1.683.247
Patrimônio líquido			
Reservas de lucros (a) (b) (d) (e)	966.610	(440.273)	526.337
	9.155.880	(440.273)	8.715.607
	15.077.461	(476.489)	14.600.972

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	01/01/2018		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Ativos			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (b) (c)	1.195.459	(35.808)	1.159.651
Contas a receber (c)	307.432	(23.694)	283.738
Estoques (c)	14.887	(1.249)	13.638
Tributos a recuperar (b) (d) (e)	96.122	20.016	116.138
Demais ativos (b)	10.172	(5.076)	5.096
	1.687.947	(45.811)	1.642.136
Não circulante			
Tributos a recuperar (b)	233.901	(115.991)	117.910
Depósitos judiciais (b)	2.186	(983)	1.203
Tributos diferidos sobre o lucro (b) (d) (e)	16.307	16.978	33.285
Investimentos (a) (b) (c)	8.095.180	(116.073)	7.979.107
Imobilizado (b) (c)	3.365.632	(59.325)	3.306.307
	12.037.561	(275.394)	11.762.167
	13.725.508	(321.205)	13.404.303
Passivo			
Circulante			
Fornecedores (b) (c)	205.460	(42.033)	163.427
Tributos a recolher sobre o lucro (b) (d) (e)	18.848	21.270	40.118
	831.972	(20.763)	811.209
Patrimônio líquido			
Reservas de lucros (a) (b) (d) (e)	647.435	(300.442)	346.993
	8.858.762	(300.442)	8.558.320
	13.725.508	(321.205)	13.404.303

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração na demonstração do resultado do exercício:

	31/12/2018		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida de serviços prestados (c)	2.450.658	(60.445)	2.390.213
Custo dos serviços prestados (c)	(2.165.641)	22.618	(2.143.023)
Lucro bruto	285.017	(37.827)	247.190
Receitas (despesas) operacionais	21	(5.400)	(5.379)
Gerais e administrativas (c)	(198.874)	2.156	(196.718)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (b) (c) (d)	200.265	(7.556)	192.709
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	285.038	(43.227)	241.811
Resultado de equivalência patrimonial (a) (b) (c) (d)	423.508	(97.952)	325.556
Resultado financeiro	(289.927)	(8.374)	(298.301)
Receitas financeiras (c)	142.821	(22)	142.799

VLI MULTIMODAL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas financeiras (c)	<u>(363.938)</u>	<u>2</u>	<u>(363.936)</u>
Ganhos (perdas) com variação monetária e cambial	<u>(68.810)</u>	<u>(8.353)</u>	<u>(77.163)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>418.619</u>	<u>(149.553)</u>	<u>269.066</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(30)</u>	<u>9.722</u>	<u>9.692</u>
Tributos diferidos (b)	<u>(30)</u>	<u>9.722</u>	<u>9.692</u>
Lucro líquido do exercício	<u>418.589</u>	<u>(139.831)</u>	<u>278.758</u>

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2018		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício (a) (b) (c)	418.589	(139.831)	278.758
Resultado de equivalência patrimonial (a) (b) (c)	(423.508)	97.952	(325.556)
Depreciação e amortização (a) (b) (c)	699.164	(1.745)	697.419
Baixa para perdas (b)	-	380	380
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial	(4.932)	8.353	3.421
(Ganho) perda na alienação de imobilizado (c)	(8.217)	(193)	(8.410)
Tributos diferidos sobre o lucro (b)	30	(9.722)	(9.692)
Contas a receber (c)	(87.120)	(8.788)	(95.908)
Estoques (c)	(8.752)	(31)	(8.783)
Tributos a recuperar	(2.242)	24.688	22.446
Fornecedores (c)	56.162	(15.509)	40.653
Demais passivos	(1.241)	2	(1.239)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>1.035.890</u>	<u>(44.444)</u>	<u>991.446</u>
Aquisição de imobilizado e intangível (c)	<u>(865.388)</u>	<u>5.278</u>	<u>(860.110)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	<u>(1.269.542)</u>	<u>5.278</u>	<u>(1.264.264)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>408.040</u>	<u>-</u>	<u>408.040</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>155.197</u>	<u>(39.166)</u>	<u>116.031</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (b) (c)	1.195.459	(35.808)	1.159.651
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (b) (c)	1.350.656	(74.974)	1.275.682

VLI MULTIMODAL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração na demonstração do valor adicionado:

			31/12/2018
	Original	Ajustes	Reapresentado
Receitas			
Vendas brutas de serviços	2.814.605	(70.794)	2.743.811
Outras receitas	276.706	(682)	276.024
	3.089.006	(71.476)	3.017.530
Menos: Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados	(1.628.642)	31.790	(1.596.852)
Outros	(26.467)	1.637	(24.830)
	(1.815.819)	33.427	(1.782.392)
Valor adicionado bruto	1.273.187	(38.049)	1.235.138
Depreciação e amortização	(699.164)	1.745	(697.419)
Valor adicionado líquido produzido	574.023	(36.304)	537.719
Resultado de participações societárias	423.508	(97.952)	325.556
Receitas financeiras e variações cambiais	295.891	(22)	295.869
	719.399	(97.974)	621.425
Valor adicionado total a distribuir	1.293.422	(134.278)	1.159.144
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	163.943	7.183	171.126
Impostos, taxas e contribuições	128.741	(9.982)	118.759
Remuneração de capitais de terceiros	582.149	8.352	590.501
Remuneração de capital próprio	418.589	(139.831)	278.758
Valor adicionado distribuído	1.293.422	(134.278)	1.159.144

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 - Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado - Nota 5)	01/01/2018 (Reapresentado - Nota 5)
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e bancos	2.004	445	51.334
Aplicações financeiras (i)	1.217.262	1.275.237	1.108.317
	1.219.266	1.275.682	1.159.651
Aplicações financeiras			
Letras financeiras (i)	12.450	-	-
	12.450	-	-
	1.231.716	1.275.682	1.159.651

- (i) Aplicações em operações compromissadas, letras financeiras e em certificados de depósitos bancários de curto prazo indexados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com remuneração média de 101,15% (2018 – 99,31%). Todas possuem insignificante risco de mudança de valor e exceto pelas letras financeiras, todas as aplicações são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa.

7 - Contas a receber

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado - Nota 5)	01/01/2018 (Reapresentado - Nota 5)
Circulante			
Contas a receber de terceiros	205.617	336.584	271.713
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 9)	130.817	40.522	27.437
Menos: Perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	(13.436)	(17.717)	(15.412)
	322.998	359.389	283.738
Contas a receber de clientes, líquidas			
Não circulante			
Contas a receber de terceiros - Valec	131	-	-
Contas a receber de terceiros	33.444	19.271	1.853
	33.575	19.271	1.853
	356.573	378.660	285.591

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado - Nota 5)	01/01/2018 (Reapresentado - Nota 5)
A vencer	298.800	269.958	236.424
Vencidos até 3 meses	10.989	37.633	22.800
Vencidos de 3 a 6 meses	2.529	26.592	1.155
Vencidos acima 6 meses	57.690	44.475	25.212
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(13.435)	-	-
Contas a receber de clientes	356.573	378.658	285.591

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 – Estoques

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado - Nota 5)	<u>01/01/2018</u> (Reapresentado - Nota 5)
Estoques para manutenção de equipamentos e instalações	17.941	14.070	1.076
Combustíveis, lubrificantes e gases	700	202	52
Materiais de expediente e outros	10.221	5.368	11.086
Materiais elétricos e eletrônicos	1.153	914	243
Outros materiais	3.791	1.867	1.181
	<u>33.806</u>	<u>22.421</u>	<u>13.638</u>

9 - Partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balço patrimonial	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo circulante		
Contas a receber (Nota 7)		
Controladora (VLI S.A.)	22	21
Coligadas (i)	130.518	40.501
Outras	277	-
	<u>130.817</u>	<u>40.522</u>
Ativo não circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 24)		
Coligadas	230.000	500.000
	<u>230.000</u>	<u>500.000</u>
Passivo circulante		
Fornecedores (Nota 18)		
Controladora (VLI S.A.) (ii)	1.836	236
Coligadas (ii)	125.740	109.662
Outras	1.190	1.057
	<u>128.766</u>	<u>110.955</u>
Obrigações por arrendamento (Nota 22)		
Coligadas (iii)	29.571	-
	<u>29.571</u>	<u>-</u>
Passivo não circulante		
Obrigações por arrendamento (Nota 22)		
Coligadas (iii)	685.308	-
	<u>685.308</u>	<u>-</u>
Demonstração do resultado	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas		
Receita de aluguel de terminais		
Coligadas	18.758	23.330
	<u>18.758</u>	<u>23.330</u>
Receita de aluguel de locomotivas e vagões		
Coligadas	30.513	-
	<u>30.513</u>	<u>-</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Outras receitas (despesas) operacionais (vii)		
Controladora (VLI S.A.)	(12.582)	(20.575)
Coligadas (vi)	190.774	90.415
Outras	(305)	-
	<u>177.887</u>	<u>69.840</u>
Custos e despesas		
Custo com aluguel de equipamentos		
Coligadas (v)	-	(153.106)
	<u>-</u>	<u>(153.106)</u>
Custo dos serviços		
Coligadas (iv)	(829.544)	(805.122)
Outras	(474)	(680)
	<u>(830.018)</u>	<u>(805.802)</u>
Previdência complementar		
Outras	(5.802)	(4.974)
	<u>(5.802)</u>	<u>(4.974)</u>

As análises de vencimentos de contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	109.560	5.431
Vencidos até 3 meses	7.689	18.971
Vencidos de 3 a 6 meses	6	5.536
Vencidos acima 6 meses	13.562	10.584
	<u>130.817</u>	<u>40.522</u>

- (i) Dos valores a receber no ativo circulante, destaca-se saldos a receber da Vale S.A. no montante de R\$ 92.671 (2018 - R\$ 10.946) no ativo circulante refere-se ressarcimento de perdas em Contrato de Prestação de Serviço, ao repasse de faturamento de frete de transporte ferroviário recebido indevidamente pela Vale S.A.
- (ii) Os valores a pagar no passivo circulante são referentes aos contratos de prestação de serviço ferroviário com a Vale S.A. de R\$ 95.238 (2018 – R\$ 71.830) e com FCA de R\$ 30.485 (2018 – R\$ 32.885); e ao compartilhamento de custos e despesas administrativas da VLI S.A. no montante de R\$ 1.836 (2018 – R\$ 236).
- (iii) Referem-se às obrigações de arrendamento de locomotivas e terminais arrendados com a FCA e FNS e vagões perante a Mitsui Rail Capital (“MRC”).
- (iv) Os valores relativos a custos dos serviços em 2019 e 2018 são relacionados aos custos incorridos da prestação de serviços oriundas dos contratos entre a Companhia, a FCA e a Vale S.A.
- (v) Os custos com aluguel de equipamentos referem-se ao contrato de aluguel de locomotivas e vagões assinado entre a Companhia e suas controladas Ferrovia Centro Atlântica S.A. e Ferrovia Norte Sul S.A. O contrato terá vigência de 14 anos e será pago anualmente, sendo o valor ajustado pelo IGPM (Índice Geral de Preços Médios). A partir de 1º de janeiro de 2019, estes contratos passaram a ser registrados seguindo o CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 22).

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, por ser operador de transporte multimodal – OTM e no transcurso das suas operações, a VMM adquire, anualmente, capacidade ferroviária excedente das partes relacionadas FCA e Vale. Da mesma forma, a VMM adquire da Vale direito de exclusividade para prestação de serviço nos terminais portuários do TPD e TPM (Nota 17).

- (vi) As receitas referem-se substancialmente a multas contratuais e recuperação de despesas com a Vale e fruto dos contratos de prestação de serviço mantidos no curso ordinário do negócio da VMM
- (vii) Saldos referem-se substancialmente aos resultados líquidos com compartilhamento de gastos, representando gastos com serviços prestados, envolvendo os processos transacionais de suprimentos, financeiro, recursos humanos, TI, jurídico e outros.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas com compartilhamento de gastos		
Controladora (VLI S.A.)	(12.582)	(20.575)
Coligadas	108.897	88.633
	<u>96.315</u>	<u>68.058</u>
	<u>(512.347)</u>	<u>(802.654)</u>

9.1 – Compra de capacidade

A Companhia, na sua qualidade de operador de transporte multimodal (OTM), efetua, anualmente, aquisição de direitos de capacidade excedente da Ferrovia Centro Atlântica S.A. (Nota 17).

9.2 – Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela VLI S.A. (Controlador final da Companhia), sem o respectivo reembolso.

10 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado – Nota 5)	<u>01/01/2018</u> (Reapresentado – Nota 5)
Circulante			
ICMS a recuperar	33.379	114.963	71.061
PIS e COFINS a compensar (i)	129.580	42.286	13.924
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	1.835	2	-
Tributos a recuperar	5.393	-	-
Tributos antecipados sobre o lucro IR CS	22.314	22.314	22.314
INSS	170	-	25
Outros	11.668	-	8.814
	<u>204.339</u>	<u>179.565</u>	<u>116.138</u>
Não circulante			
ICMS a recuperar	45.938	7.830	40.970
PIS e COFINS a compensar (i)	110.110	100.338	53.086
Saldos de declaração - IR e CS	51.804	38.579	23.854
ISSQN	-	5	-
INSS	1.685	1.685	-
Outros	2.455	2.451	-
	<u>211.992</u>	<u>150.888</u>	<u>117.910</u>
Total – tributos a recuperar	<u>416.331</u>	<u>330.453</u>	<u>234.048</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A classificação dos tributos a recuperar, do ativo circulante, foi definida com base nas estimativas de realização para os próximos 12 (doze) meses das operações da Companhia.

11 - Dividendos a receber

Os dividendos apresentados nas demonstrações financeiras individuais da VLI Multimodal, foram propostos por suas controladas diretas, sendo constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia. Os Dividendos apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram nos valores de R\$ 390.492 e R\$ 72.806, respectivamente.

12 - Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
Outras despesas antecipadas	7.243	2.445
Despesas com licença de uso de softwares	1.808	3.687
	<u>9.051</u>	<u>6.132</u>
Não circulante		
Direito de usufruto de imóvel	-	3.210
	<u>-</u>	<u>3.210</u>
	<u>9.051</u>	<u>9.342</u>

13 - Sinistros a recuperar e demais ativos

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018 (Reapresentado – Nota 5)</u>	<u>01/01/2018 (Reapresentado – Nota 5)</u>
Circulante			
Sinistros a recuperar (a)	293	61	-
Total - sinistros a recuperar	<u>293</u>	<u>61</u>	
Adiantamento a empregados	5.570	466	2.342
Adiantamento a fornecedores	1.545	8.626	1.034
Outras contas	242	975	1.720
Total - demais ativos	<u>7.357</u>	<u>10.067</u>	<u>5.096</u>
Não circulante			
Adiantamento a empregados	-	-	395
Adiantamento a fornecedores	9.749	10.998	1.248
Total - demais ativos	<u>9.749</u>	<u>10.998</u>	<u>1.643</u>
Sinistros a recuperar (a)	41.428	41.496	41.732
Total - sinistros a recuperar	<u>41.428</u>	<u>41.496</u>	<u>41.732</u>

(a) Os gastos relevantes com sinistros ocorridos foram apropriados no ativo não circulante por não termos evidências de reembolso por parte das seguradoras contratadas no próximo ano corrente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

	31/12/2019		31/12/2018		01/01/2018	
	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais	Depósitos judiciais (Reapresentado – Nota 5)	Provisões para processos judiciais	Depósitos judiciais (Reapresentado – Nota 5)	Provisões para processos judiciais
Trabalhistas	960	656	1.518	602	1.203	112
Cíveis	-	2	-	2	-	-
Tributárias	4	-	-	-	-	-
	964	658	1.518	604	1.203	112

Movimentação dos depósitos judiciais:

	31/12/2018	Adições	Baixas	Juros e atualização monetária	31/12/2019
Trabalhistas	1.518	484	(1.128)	86	960
Tributárias	-	4	-	-	4
	1.518	488	(1.128)	86	964

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	31/12/2018	Adições	Baixas	Juros e atualização monetária	31/12/2019
Trabalhistas	602	1.205	(1.181)	30	656
Cíveis	2	-	-	-	2
	604	1.205	(1.181)	30	658

14.1 - Passivos contingentes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 306.362 (2018 – R\$ 223.568), referente a causas de natureza trabalhista, cível, ambiental e tributária, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis.

As composições dos passivos contingentes por natureza podem ser assim apresentadas:

	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas (a)	25.546	22.405
Cíveis (b)	34.688	31.179
Tributárias (c)	244.208	169.500
Ambientais (d)	1.920	484
	306.362	223.568

(a) Trabalhistas: trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da VLIMM, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de divergência de salário para

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais e pedido de responsabilidade subsidiária da VLIMM, em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).

- (b) Cíveis: trata-se de demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela Companhia que alegam prejuízos contratuais, além de ações anulatórias.
- (c) Tributários: trata-se, principalmente, de glosa de créditos de ICMS e autuações de ICMS relacionadas ao (i) descumprimento de obrigações assessórias, (ii) glosa de créditos, (iii) exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.
- (d) Ambientais: tratam-se de demandas cuja discussão se refere à alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras, de que a Companhia teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

15 - Investimentos

15.1 - Movimentação dos investimentos

	31/12/2019						
	FCA	FNS	UF	VLILL	VLI Sol	TMIB	VLI Multi
Saldo no final em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado – Nota 5)	4.376.644	2.422.325	1.344.417	45.674	1	73.974	8.263.035
Constituição de reserva de capital	525.687	-	-	-	-	-	525.687
Aumento de capital	24.313	-	210.000	-	-	-	234.313
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 25(b))	-	-	(13.529)	-	-	-	(13.529)
Resultado de equivalência patrimonial							
Resultado das controladas	(98.652)(i)	292.099	(15.064)	24.874	-	11.649	214.906
Dividendos propostos	-	(219.583)	-	-	-	-	(219.583)
Dividendos adicionais	-	(160.417)	-	(23.672)	-	-	(184.089)
Resultados não realizados - IFRS 16 (ii)	(4.465)	3.383	-	-	-	-	(1.082)
Resultados não realizados – venda de ativos	(3.327)	-	-	-	-	-	(3.327)
Incorporação da VLILL na VLIMM	-	-	-	(46.876)	-	-	(46.876)
Saldo no final em 31 de dezembro de 2019	4.820.200	2.337.807	1.525.824	-	1	85.623	8.769.455

(i) Líquido dos efeitos de R\$ 9.138 referente a contrato de arrendamento com parcela de obrigação na FCA e na VMM e cujos efeitos patrimoniais foram apresentados em direito de uso e obrigações de arrendamento.

(ii) Resultados intragrupo não realizados advindos da implementação do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2018 (Reapresentado – Nota 5)						
	FCA	FNS	UF	VLILL	VLI Sol	TMIB	VLI Multi
Saldo no final em 1º de janeiro de 2018	4.258.416	2.251.943	1.413.015	-	1	55.732	7.979.107
Aquisição VLI Locação de Locomotivas Ltda.	-	-	-	12.174	-	-	12.174
Aumento de capital	79.978	-	-	-	-	-	79.978
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 25(b))	-	-	(22.057)	-	-	-	(22.057)
Resultado de equivalência patrimonial							
Resultado das controladas	39.831	271.220	(46.541)	44.447	-	18.242	327.199
Lucros não realizados	(1.581)	-	-	-	-	-	(1.581)
Dividendos propostos	-	(50.838)	-	(10.947)	-	-	(61.785)
Dividendos adicionais	-	(50.000)	-	-	-	-	(50.000)
Saldo no final em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado – Nota 5)	4.376.644	2.422.325	1.344.417	45.674	1	73.974	8.263.035

15.2 - Informações sobre controladas

	31/12/2019					
	% Participação	Número de ações ordinárias e quotas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	99,99%	125.445.681	8.878.398	4.045.638	4.832.760	(98.653)
Ferrovia Norte Sul S.A.	100,00%	1.835.966.791	3.168.093	833.670	2.334.423	292.099
Ultrafértil S.A.	84,77%	3.786.786	3.687.579	1.887.622	1.799.957	(17.771)
TMIB	50%	n/a	179.705	27.002	152.703	23.298

	31/12/2018 (Reapresentado – Nota 5)					
	% Participação	Número de ações ordinárias e quotas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	99,99%	112.303.527	5.387.899	1.006.486	4.381.414	39.831
Ferrovia Norte Sul S.A.	100,00%	1.835.966.791	2.750.622	328.297	2.422.325	271.220
Ultrafértil S.A.	82,89%	3.295.016	3.303.069	1.681.141	1.621.928	(56.148)
VLI Locação de Locomotivas Ltda.	100,00%	87.300.000	817.918	772.246	45.672	44.447
TMIB	50%	n/a	131.106	1.652	129.454	36.488

	01/01/2018 (Reapresentado – Nota 5)					
	% Participação	Número de ações ordinárias e quotas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	99,99%	110.293.641	5.182.381	920.777	4.261.604	
Ferrovia Norte Sul S.A.	100,00%	1.835.966.791	2.649.653	397.710	2.251.943	
VLI Soluções S.A. (i)	100,00%	1.000	1	-	1	
Ultrafértil S.A.	82,89%	3.295.016	3.203.877	1.499.190	1.704.687	

(i) A Companhia foi encerrada em 30 de novembro de 2019 e não gerou ganhos a VMM.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 - Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, instalações e veículos	Locomotivas e vagões	Via permanente	Imobilizado em andamento (a)	Outros	Total
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2018 (Reapresentado – Nota 5)	262.184	474.531	2.800.993	12.335	130.372	1.848	3.682.263
Adições	-	-	-	-	256.930	-	256.930
Baixas	-	(98)	(1.707)	-	-	-	(1.805)
Transferências	7.080	87.335	105.402	740	(312.854)	3.337	(108.960)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado – Nota 5)	269.264	561.768	2.904.688	13.075	74.448	5.185	3.828.428
Valor de depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(18.078)	(74.018)	(282.432)	(1.093)	-	(335)	(375.956)
Adições	(4.817)	(45.136)	(83.607)	(478)	-	(525)	(134.563)
Baixas	-	26	246	-	-	-	272
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(22.895)	(119.128)	(365.793)	(1.571)	-	(860)	(510.247)
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	269.264	561.768	2.904.688	13.075	74.448	5.185	3.828.428
Efeitos adoção inicial IFRS 16 01/01/19	-	-	902.305	-	-	-	902.305
Correções monetárias IFRS 16	-	-	5.707	-	-	-	5.707
Adições IFRS 16	-	-	46.631	-	-	-	46.631
Baixas IFRS 16	-	-	(129.167)	-	-	-	(129.167)
Incorporação VLILL 31/08/19	-	-	773.831	-	-	-	773.831
Adições	-	-	-	-	266.500	-	266.500
Baixas	-	-	(14.899)	-	-	-	(14.899)
Transferências	6.602	155.320	8.659	-	(191.416)	1	(20.834)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	275.866	717.088	4.497.755	13.075	149.532	5.186	5.658.502

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Terrenos, edifícios e benfeitorias</u>	<u>Máquinas, equipamentos, instalações e veículos</u>	<u>Locomotivas e vagões</u>	<u>Via permanente</u>	<u>Imobilizado em andamento (a)</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Valor de depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(22.895)	(119.128)	(365.793)	(1.571)	-	(860)	(510.247)
Incorporação VLILL 31/08/19	-	-	(135.800)	-	-	-	(135.800)
Adições	(4.644)	(65.659)	(99.144)	(313)	-	(610)	(170.370)
Adições IFRS 16	-	-	(121.880)	-	-	-	(121.880)
Baixas IFRS 16	-	-	31.312	-	-	-	31.312
Baixas	-	-	1.911	-	-	-	1.911
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(27.539)	(184.787)	(689.394)	(1.884)	-	(1.470)	(905.074)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2018	244.106	400.513	2.518.561	11.242	130.372	1.513	3.306.307
Saldo contábil, líquido em 31 de janeiro de 2018	246.369	442.640	2.538.895	11.504	74.448	4.325	3.318.181
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	248.327	532.301	3.808.361	11.191	149.532	3.716	4.753.428

A Companhia não concedeu bens em penhora como garantia do juízo, em atendimento às suas execuções judiciais.

- O imobilizado em andamento está substancialmente representado por gastos relacionados à construção de oficinas e pátios, manutenção de via permanente, aquisição, recuperação, modernização de vagões, construção de oficina e postos de abastecimento, obras nos postos, oficinas e pátios.
- Em 31 de dezembro de 2019, os direitos de uso de arrendamento registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e referentes a locomotivas, vagões e terminais montam respectivamente a R\$ 49.689, R\$ 538.190 e R\$ 147.029.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 - Intangível

	Direitos de uso (a)	Benfeitorias em bens arrendados (b)	Intangível em andamento (c)	Outros (d)	Total
Valor de custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	1.997.168	227.601	-	-	2.224.769
Adições	545.465	-	47.733	25.503	618.701
Transferências	-	8.413	(8.413)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.542.633	236.014	39.320	25.503	2.843.470
Valor de amortização					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(1.997.168)	(31.662)	-	-	(2.028.830)
Adições	(545.465)	(15.987)	-	(1.406)	(562.858)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.542.633)	(47.649)	-	(1.406)	(2.591.688)
Valor de custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	2.542.633	236.014	39.320	25.503	2.843.470
Adições	-	-	638.643	-	638.643
Transferências	620.467	17.957	(608.933)	(9.486)	20.005
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.163.100	253.971	69.030	16.017	3.502.118
Valor de amortização					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(2.542.633)	(47.649)	-	(1.406)	(2.591.688)
Adições	(620.467)	(15.413)	-	(1.240)	(637.120)
Transferências	-	-	-	828	828
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.163.100)	(63.062)	-	(1.818)	(3.227.980)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2019	-	188.365	39.320	24.097	251.782
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	-	190.909	69.030	14.199	274.138

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Direitos de uso são compostos por:

- (i) Contrato celebrado entre Vale S.A. e VLI Multimodal S.A. - A Companhia adquiriu da Vale S.A. o direito de opção de reservar a capacidade produtiva das ferrovias - Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória - Minas ("EFC" e "EFVM" respectivamente), destinada à prestação de serviços de transportes de carga geral, objeto da concessão conferida a Vale S.A.

A opção do direito de reserva de capacidade é calculada com base nos ativos destinados à prestação dos serviços de transporte ferroviários de carga geral para as quais a Vale S.A. reservou a capacidade de transporte. A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a Vale S.A. e a União Federal.

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

O Direito a reserva de capacidade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O contrato se enquadra dentro das operações da Companhia e não se refere à operação com expectativa de ganho financeiro ou especulativo.

- (ii) Contrato celebrado entre Ferrovia Centro Atlântica S.A. e VLI Multimodal S.A. - O exercício da opção da Reserva de Capacidade celebrado com a Ferrovia Centro Atlântica S.A. garante a Companhia a capacidade dos serviços, podendo ser negociada, na qualidade de operador de transporte multimodal (OTM), com clientes e terceiros interessados, desde que sua atuação comercial esteja pautada de acordo com as normas da Concessão da Malha Centro-Leste.

Será devido a FCA, o valor de R\$ 111.187 anuais, calculados com base na remuneração de seus ativos, proporcionais aos volumes transportados no corredor centro-leste. Sua remuneração será apurada até o dia 15 de janeiro de cada ano e será reajustada anualmente pelo índice geral de preços médios (IGP-M). A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a FCA e a União Federal.

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

O Direito a reserva de capacidade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

- (iii) Aquisição dos direitos contratuais de propriedade da Log in Intermodal S.A. - Direito contratual adquirido para execução dos transportes multimodais de cargas containerizadas na malha Centro Oeste, objeto de concessão conferida a FCA. O contrato foi reconhecido pelo custo de aquisição e será amortizado pelo período do contrato de concessão, celebrado entre a FCA e a União Federal.
- (iv) Direitos de exclusividade da Vale S.A. - Refere-se ao direito de exclusividade intransferível da VLI Multimodal S.A. de contratar a prestação exclusiva dos serviços portuários e acessórios prestados pela Vale S.A, nos terminais, resguardada e excluída da exclusividade, tão somente, a operação portuária das cargas próprias da Vale S.A. e de suas empresas coligas e controladas.

A Vale S.A. é titular de autorização para exploração dos terminais portuários privativos de uso misto, Terminal Privativo de Uso Misto de Praia Mole (TPM), Terminal de Produtos Diversos (TPD) e Terminal de Granéis Líquidos, todos na cidade de Vitória/ES.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Direito de Exclusividade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O valor a ser pago anualmente será em função dos custos efetivamente realizados pela Vale S.A. para a prestação dos serviços.

(b) As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007, conforme Lei 11.483/2007. O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

(c) O intangível em andamento é resultante dos investimentos correntes e de capital, como investimentos em via permanente, a expansão de pátios e terminais, construção de oficinas, pátios e viadutos.

(d) Trata-se substancialmente da alocação do valor justo do preço de compra ("PPA") da VLILL Vide Nota 1.

18 - Fornecedores e Contas a pagar

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018 (Reapresentado – Nota 5)</u>	<u>01/01/2018 (Reapresentado – Nota 5)</u>
Circulante			
Fornecedores - terceiros (a)	155.699	92.018	78.425
Fornecedores - partes relacionadas	128.766	110.954	85.002
	<u>284.465</u>	<u>202.972</u>	<u>163.427</u>
Contas a pagar (b)	2.703	27.680	2.964
	<u>2.703</u>	<u>27.680</u>	<u>2.964</u>
	<u>287.168</u>	<u>230.652</u>	<u>166.391</u>
Não circulante			
Fornecedores - terceiros (a)	-	9.544	8.586
	<u>-</u>	<u>9.544</u>	<u>8.586</u>
	<u>287.168</u>	<u>240.196</u>	<u>174.977</u>

(a) Vide abertura abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018 (Reapresentado – Nota 5)</u>	<u>01/01/2018 (Reapresentado – Nota 5)</u>
Mercado interno	154.861	101.556	85.752
Mercado externo	838	6	1.259
	<u>155.699</u>	<u>101.562</u>	<u>87.011</u>

(b) A Companhia possui convênios com instituições financeiras, que permitem que determinados fornecedores nacionais tenham a possibilidade de ceder recebíveis da Companhia junto às instituições financeiras.

Até 31 de dezembro de 2019 as aquisições totalizavam R\$ 2.703 com prazo médio de pagamento de 90 dias, sendo o último vencimento em 04/03/2020.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Até 31 de dezembro de 2018 as aquisições totalizavam R\$ 27.680 com prazo médio de pagamento de 90 dias, sendo o último vencimento em 07/03/2019.

19 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

	<u>Encargos financeiros</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante			
FINAME	TJLP+3%aa IPCA + 4,69% a IPCA + 5,27%	336.670	192.884
FINAME	TJLP + 3% a.a.	-	8.686
FINEM	TJLP + 1,81% a.a a TJLP + 5,15% a.a.	169.154	160.599
Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA)	95% a 99,5% CDI	7.563	306.702
Certificado de recebíveis imobiliários (CRI)	TR + 7,00% a.a.	34	36.853
Notas promissórias (NP)	109% CDI	-	428.208
NCE	110% CDI até CDI + 1,40%	5.875	-
Empréstimos no exterior	USD + 2,87% a USD + 3,94%	9.154	1.621
Custo de transação	(110,30% CDI a 116,9% CDI - Swap)	(6.148)	(4.696)
		522.302	1.130.857
Debêntures	IPCA + 6,05% a.a a IPCA + 6,88% a.a.	302.574	14.316
Custo de transação	107,1% CDI - Swap	(1.706)	(2.035)
		300.868	12.281
Total circulante		823.170	1.143.138
Não circulante			
FINAME	TJLP+3%aa IPCA + 4,69% a IPCA + 5,27%	1.317.947	816.400
FINAME	TJLP + 3% a.a.	-	44.555
FINAME	IPCA + 5,27% a.a. TJLP + 1,81% a.a a TJLP + 5,15% a.a.	-	141.172
FINEM	TJLP + 5,15% a.a.	861.399	1.020.905
Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA)	95% a 99,5% CDI	460.000	460.000
Certificado de recebíveis imobiliários (CRI)	TR + 7,00% a.a.	181.193	181.193
NCE	110% CDI até CDI + 1,40%	700.000	-
Empréstimos no exterior	USD + 2,87% a USD + 3,94%	1.941.507	967.674
Custo de transação	(110,30% CDI a 116,9% CDI - Swap)	(23.633)	(24.077)
		5.438.413	3.607.822
Debêntures	IPCA + 6,05% a.a a IPCA + 6,88% a.a.	321.349	465.684
Custo de transação	107,1% CDI - Swap	(1.204)	(1.933)
		320.145	463.751
Total não circulante		5.758.558	4.071.573
		6.581.728	5.214.711

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.1 - Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31/12/2017	Adição				Amortização			Ajuste valor justo do objeto de hedge (Nota 29)	31/12/2018
		Principal	Juros apropriados	Variação cambial	Custos de transação	Principal	Juros pagos	Custos de transação		
FINAME	1.262.032	141.172	53.180	176	-	(197.780)	(55.083)	-	-	1.203.697
FINEM	1.086.159	169.026	102.000	3.563	-	(83.720)	(95.524)	-	-	1.181.504
CRA	564.657	200.000	38.547	-	-	-	(36.502)	-	-	766.702
CRI	260.110	-	24.572	-	-	(39.796)	(26.840)	-	-	218.046
NP	400.115	-	28.093	-	-	-	-	-	-	428.208
Debêntures	461.544	-	48.111	-	-	-	(29.655)	-	-	480.000
Empréstimos no exterior	318.339	562.650	22.908	73.742	-	-	(22.096)	-	13.752	969.295
Custos de transação	(35.655)	-	-	-	(5.050)	-	-	7.964	-	(32.741)
	4.317.301	1.072.848	317.411	77.481	(5.050)	(321.296)	(265.700)	7.964	13.752	5.214.711

	31/12/2018	Adição				Amortização			Ajuste valor justo do objeto de hedge (Nota 29)	Incorporação VLILL (Nota 1(a))	31/12/2019
		Principal	Juros apropriados	Correção monetária, indexador e variação cambial	Custos de transação	Principal	Juros Pagos	Custos de transação			
FINAME	1.203.697	22.393	69.732	158	-	(239.956)	(57.043)	-	-	655.636	1.654.617
FINEM	1.181.504	-	96.221	3.501	-	(146.579)	(104.094)	-	-	-	1.030.553
CRA	766.702	-	32.383	-	-	(294.500)	(37.022)	-	-	-	467.563
CRI	218.046	-	20.979	-	-	(36.853)	(20.945)	-	-	-	181.227
NP	428.208	-	27.843	-	-	(400.000)	(56.051)	-	-	-	-
NCE	-	700.000	5.875	-	-	-	-	-	-	-	705.875
Debêntures	480.000	120.000	27.424	22.277	-	-	(31.034)	-	5.256	-	623.923
Empréstimos no exterior	969.295	925.816	48.328	40.454	-	-	(41.547)	-	8.315	-	1.950.661
Custos de transação	(32.741)	-	-	-	(7.528)	-	-	7.578	-	-	(32.691)
	5.214.711	1.768.209	328.785	66.390	(7.528)	(1.117.888)	(347.736)	7.578	13.571	655.636	6.581.728

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.2 - Parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Dois anos	704.592	1.011.902
Três anos	1.000.106	596.324
Quatro anos	1.677.633	692.120
Cinco anos	1.926.943	1.187.142
Acima de cinco anos	449.284	584.085
	<u>5.758.558</u>	<u>4.071.573</u>

19.3 - Garantias

A Companhia concedeu garantias para parte de seus financiamentos, conforme indicado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>Garantias</u>
VLI Multimodal		
FINAME ano 2012	80.239	Fiança bancária
FINAME anos 2013 a 2018	806.384	Alienação fiduciária de equipamentos
FINEM	1.386.449	Cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação fiduciária de equipamentos
	<u>2.273.072</u>	

As garantias cobrem a totalidade dos saldos remanescentes dos financiamentos listados acima.

Avais e fianças

A VLI S.A. é avalista de parte significativa do endividamento da Companhia.

No contexto das companhias pertencentes ao Grupo VLI, as cartas fianças contratadas junto às instituições financeiras estão relacionadas aos processos judiciais cíveis, fiscais, trabalhistas e tributárias, além de contratos comerciais e de empréstimos e financiamentos e montam, no Grupo VLI e na Companhia a R\$ 101.902 (2018 – R\$ 145.808) e R\$ 82.482 (2018 – R\$ 108.540), respectivamente.

19.4 - Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía as seguintes linhas de crédito contratadas e não desembolsadas:

	<u>Data da abertura</u>	<u>Prazo de utilização</u>	<u>Montante total</u>	<u>Montante disponível em 31/12/2019</u>
Linha de crédito rotativo	Novembro 2018	3 anos	201.535	201.535
Linha de crédito rotativo	Dezembro 2017	4 anos	325.000	325.000
			<u>526.535</u>	<u>526.535</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.5 - Covenants

A Companhia, possui em alguns contratos de dívidas os seguintes *covenants* financeiros com obrigação de medição semestral, nos meses de junho e dezembro apurados através das demonstrações financeiras consolidadas da VLI S.A.:

- dívida líquida / EBITDA (LAJIDA – Lucro antes do resultado financeiro, depreciação e amortização e outras despesas e receitas não operacionais) e;
- patrimônio líquido / ativo total.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia atendeu aos *covenants* financeiros.

20 - Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018 (Reapresentado – Nota 5)</u>	<u>01/01/2018 (Reapresentado – Nota 5)</u>
Tributos a recolher			
ICMS	525	3.127	4.545
Imposto de renda retido na fonte	3.583	9.017	4.566
PIS e COFINS	1.795	2.353	3.822
ISS	7.521	6.159	7.937
Outros	695	832	-
	<u>14.119</u>	<u>21.488</u>	<u>20.870</u>
Tributos a recolher sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social	22.321	21.268	40.118
	<u>22.321</u>	<u>21.268</u>	<u>40.118</u>
	<u>36.440</u>	<u>42.756</u>	<u>60.988</u>

21 - Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários e encargos	9.261	5.691
Provisão para férias e 13º salário	17.359	14.080
Benefícios trabalhistas	733	2.895
Participação nos resultados	45.507	23.768
Outros	114	-
	<u>72.974</u>	<u>46.434</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 - Arrendamento

	31/12/2018	Efeitos adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 2(d))	Pagamentos	Juros apropriados	Atualizações monetárias	Adições	Baixas	31/12/2019
Vagões (e)	-	570.491	(94.644)	47.409	260	37.492	-	561.008
Locomotivas (e)	-	331.814	(64.771)	19.782	5.447	-	(96.209)	196.063
	-	902.305	(159.415)	67.191	5.707	37.492	(96.209)	757.071
Circulante	-							31.220
Não circulante	-							725.851

Em 31 de dezembro de 2019, refere-se as obrigações por arrendamento de locomotivas e vagões, que foram registradas em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.1 – Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos previstos para pagamento.

	<u>31/12/2019</u> Valor presente	<u>Direito potencial</u> Fluxo de caixa real	<u>Direito potencial</u> Fluxo de caixa nominal
Contraprestação de arrendamento	70.030	96.230	115.568

22.2 - Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, na mensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, conforme exigência das normas.

Em atendimento ao Ofício-circular 02/2019 da CVM e dada a realidade atual das taxas de juros no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre as informações registradas em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e os valores que se teriam registrados, fossem consideradas as inflações projetadas.

As variações discriminadas são fruto não somente da inserção nos fluxos de caixa dos efeitos de inflação previstos, bem como os efeitos de desconto dos fluxos de caixa pelas taxas incrementais listadas na Nota 2(d).

	<u>Em 31 de dezembro de 2019</u>		
	<u>Saldo conforme</u> CPC 06 (R2) / IFRS 16	<u>Saldo com</u> projeção da inflação	<u>Varição - %</u>
Passivo de arrendamento	757.071	896.726	18,4%
Direito de uso	734.908	848.432	15,4%
Despesas financeiras	(67.191)	(79.443)	18,2%
Depreciação e amortização	(121.880)	(134.758)	13,0%

22.3 - Compromissos futuros de arrendamento

Os compromissos futuros de arrendamento já existentes em 31 de dezembro de 2019, mas não registrados nos balanços montam a:

	<u>Fluxo de caixa real</u>	<u>Fluxo de caixa nominal</u>
Vagões – agosto de 2021	6.642	6.862
Locomotivas – dezembro de 2025	55.151	55.532

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 - Dividendos propostos

Os dividendos foram constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

As propostas da administração para distribuição dos resultados dos exercícios foram a seguintes:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado – Nota 5)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	39.249	271.187
Reserva legal - 5%	<u>(1.962)</u>	<u>(13.559)</u>
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	<u>37.287</u>	<u>257.628</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (i)	9.321	99.414
Dividendos 2015/2016 – ainda não pagos	<u>100.267</u>	<u>100.267</u>
Dividendos mínimos propostos a pagar	<u>109.588</u>	<u>199.681</u>

(i) Distribuição mínima estipulada com base nos valores originalmente divulgados (Nota 5).

24 - Adiantamentos para futuro aumento de capital

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro. Em 31 de dezembro de 2019 monta R\$ 230.000 (2018 - R\$ 500.000).

25 - Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.238.854, representado por 380.101.007.254 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

<u>Acionistas</u>	<u>Capital social</u> <u>em R\$</u>	<u>Ações</u> <u>ordinárias</u>	<u>Participação</u> <u>%</u>
VLI Participações S.A.	0,01	1	0,0%
Extinção em 30 de dezembro de 2019	(0,01)	(1)	(0,0%)
VLI S.A.	8.238.854.486,75	380.101.007.253	100,0%
Extinção VLI Participação	<u>0,01</u>	<u>1</u>	<u>0,0%</u>
	<u>8.238.854.486,76</u>	<u>380.101.007.254</u>	<u>100,0%</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019, os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:

- perdas atuariais no montante de (R\$ 34.094) e resultantes da variação no valor presente das obrigações de benefício definido da Controlada Ultrafértil, em razão de mudanças no equilíbrio do plano de previdência complementar;
- efeitos do registro da opção de compra de ações no montante de (R\$ 20.619), exercidas pela VLI Multimodal S.A. em 2012 e referentes ao contrato de opção de compra e venda de ações firmado em 2000 pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia e a VLI Multimodal S.A., com interveniência da Vale S.A, saldo este ajustado em 2017 pelo montante de (R\$ 6.908) em decorrência do percentual de direito da VLI Multimodal S.A. sobre os dividendos do ano de 2012 e pagos ao minoritário na Ultrafértil S.A.
- (R\$ 593) referente aos efeitos de diluição da controlada Ultrafértil por conta dos aumentos de capital ocorridos em 2019.

(c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de expansão é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia.

A reserva de incentivos fiscais refere-se aos benefícios concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste até dezembro de 2024.

(d) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no exercício. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

	<u>31/12/2019</u>
Cálculo da média ponderada das ações	
Lucro líquido do exercício	39.249
(380.101.007.253 x 12/12)	<u>380.101.007.253</u>
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	<u><u>0,00010</u></u>
	31/12/2018
	(Reapresentado
	- Nota 5)
Cálculo da média ponderada das ações	
Lucro líquido do exercício	278.758
(380.101.007.253 x 12/12)	<u>380.101.007.253</u>
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	<u><u>0,00073</u></u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 - Receitas líquida dos serviços prestados

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado - Nota 5)
Receita Bruta		
Receitas de transporte ferroviário e serviços acessórios	2.155.151	2.062.276
Receita de aluguel de locomotivas	33.834	23.330
Receitas de serviços portuários	737.064	658.205
Receita de aluguel de terminais	13.924	-
Receita de transporte rodoviário	78.829	-
	3.018.802	2.743.811
Descontos		
Descontos concedidos	(1.016)	-
	(1.016)	-
Impostos sobre serviços		
ISS	(42.391)	(39.459)
ICMS	(151.672)	(147.690)
PIS	(31.468)	(29.690)
COFINS	(146.188)	(136.759)
	(371.719)	(353.598)
Receita líquida dos serviços prestados	2.646.067	2.390.213

27 - Custo dos serviços prestados

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado - Nota 5)
Pessoal	(104.331)	(87.210)
Material	(17.479)	(8.208)
Combustíveis	(34.312)	(2.285)
Serviços contratados	(144.286)	(83.921)
Partilha de frete	1.307	(1.989)
Serviços transportes ferroviários / portuários	(1.183.308)	(1.140.711)
Depreciação e amortização (ii)	(888.852)	(668.349)
Tributos e taxas	(1.827)	(1.606)
Alugueis	(29.812)	(181.284)
Seguros	(12.363)	(10.679)
Utilities	(7.418)	(4.288)
Viagens	(5.074)	(3.540)
Outros	4.521	(1.211)
Indenização por recomposição patrimonial (i)	-	52.258
	(2.423.234)	(2.143.023)

- (i) Refere-se a indenização por recomposição patrimonial de parcela dos custos para atendimento de contratos no ano corrente.
- (ii) Contempla R\$ 121.880 referentes a depreciação e amortização dos direitos de uso de arrendamento e que foram registrados em linha com CPC 06 (R2) / IFRS 16, líquidos de R\$ 8.133 fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no exercício e em linha com as instruções emanadas pela CVM.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 - Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas com vendas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	(12.310)	(11.270)
Material	(51)	(9)
Serviços contratados	(1.252)	(1.041)
Aluguéis	(101)	(97)
<i>Utilities</i>	(78)	(33)
Viagens	(963)	(721)
Outros	(296)	(284)
	<u>(15.051)</u>	<u>(13.455)</u>

(b) Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado – Nota 5)
Pessoal	(100.200)	(85.687)
Material	(794)	(358)
Combustíveis	(52)	(20)
Serviços contratados	(55.588)	(37.103)
Compartilhamento de gastos (i)	(11.071)	(18.419)
Depreciação e amortização	(30.409)	(29.006)
Tributos e taxas	(1.424)	(898)
Aluguéis	(2.869)	(2.576)
<i>Utilities</i>	(856)	(270)
Viagens	(6.144)	(4.289)
Outros	(5.205)	(4.637)
	<u>(214.612)</u>	<u>(183.263)</u>

(i) Em 30 de dezembro 2011, considerando que a Companhia é controlada direta da VLI S.A. foi celebrado entre as partes um acordo de cooperação para compartilhamento de custos para a realização de atividades administrativas nas áreas comercial, financeira e planejamento, administrativa, gestão integrada, jurídica, regulatório, comunicação e RH.

O critério para o compartilhamento de tais custos e despesas é determinado em virtude da especificidade de cada uma das áreas envolvidas, levando-se em consideração (i) a natureza e os custos das atividades desenvolvidas pelas áreas compartilhadas ou (ii) a proporção da Companhia no somatório das receitas entre ele e sua controladora. O prazo de vigência do referido acordo é até 2027.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado – Nota 5)
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	20.047	33.363
Venda de ativos	206	9.750
Compartilhamento de despesas	108.897	88.633
Recuperação de despesas	16.260	37.256
<i>Take or pay</i> (i)	55.869	37.865
Multas contratuais	1.026	8.426
Indenizações de clientes	13.603	1.323
Ganhos na aquisição de participação societária	-	27.675
Receita direito acesso	9.284	-
Aluguéis	263	368
Outros	-	5.783
	<u>225.455</u>	<u>250.442</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado – Nota 5)
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(13.085)	(13.228)
Baixa de ativos	(12.989)	(1.533)
Custo com venda de materiais	(1.803)	(1.059)
Perda de recebíveis	(3.625)	(3.837)
Pesquisa e desenvolvimento	(13.434)	(9.732)
<i>Take or pay</i> (i)	-	(19.858)
Processos judiciais	(4.060)	(2.706)
Indenizações	(24.191)	(3.449)
Baixas para perdas	-	(380)
Provisão contingências	(82)	(492)
Outras operacionais	(83)	(1.459)
	<u>(73.352)</u>	<u>(57.733)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>152.103</u>	<u>192.709</u>

- (i) Conforme cláusulas de penalidades se ocorrer descumprimentos nos quantitativos de volumes, constantes do contrato de transporte ferroviário de cargas, as partes envolvidas estarão sujeitas ao pagamento de bônus e multas compensatórias (*Take or Pay*).

29 - Resultado financeiro

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado – Nota 5)
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	59.870	64.413
Juros, taxa e multas de mora	-	4.666
Derivativos instrumentos de <i>hedge</i> - realizados (i)	63.835	-
Derivativos instrumentos de <i>hedge</i> (i)	-	71.493
Componente cambial dos derivativos instrumentos de <i>hedge</i> (i)	52.664	-
Derivativos - NDF realizadas	14	-
Outras	837	2.227
	<u>177.220</u>	<u>142.799</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado – Nota 5)
Despesas financeiras		
Despesas com IOF	(309)	(2.088)
Despesas com seguro garantia	(633)	(1)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos (i)	(328.785)	(317.410)
Encargos com custo de transação de empréstimos e financiamentos	(7.578)	(7.964)
Encargos por atraso	(4.605)	(531)
Imposto de renda sobre juros no exterior	(5.754)	(3.905)
Despesas com PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(2.860)	(3.669)
Despesas com comissão de fiança	(999)	(1.558)
Juros, taxas e multas	(1.768)	(251)
Derivativos instrumentos de <i>hedge</i> (i)	(87.346)	(11.243)
Despesas financeiras - contratos de arrendamento (iii)	(64.452)	-
Marcação a valor justo - objeto de <i>hedge</i> (i)	(13.571)	(13.752)
Ajuste a valor presente - contas a pagar	-	(521)
Estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa	(646)	(935)
Outras	(422)	(109)
	<u>(519.728)</u>	<u>(363.937)</u>
Ganhos (perdas) com variação monetária e cambial (i)(ii)	<u>(64.889)</u>	<u>(77.163)</u>
	<u>(64.889)</u>	<u>(77.163)</u>
Resultado financeiro	<u>(407.397)</u>	<u>(298.301)</u>

- (i) O resultado líquido da operação de *hedge accounting* no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi uma perda de R\$ 75.259, composto por despesas de variação cambial de R\$ 40.454, despesas de marcação a mercado do objeto de *hedge* de R\$ 13.571, despesas de juros de R\$ 50.387 e receitas líquidas de derivativos de R\$ 29.153.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, contempla R\$ 10,2 milhões referente aos ganhos financeiros oriundos do registro dos créditos tributários explicitado nas Notas 10 e 28(c).
- (iii) Representado pelos efeitos do custo financeiro dos arrendamentos e que foram registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 22), líquidos de R\$ 2.739 fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no exercício e em linha com as instruções emanadas pela CVM.

30 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Tributos diferidos sobre lucro

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que forem consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos tributos diferidos ativos:

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado – Nota 5)	01/01/2018 (Reapresentado – Nota 5)
Imposto de renda			
Provisão para devedores duvidosos	3.359	4.429	3.853
Provisão para processos judiciais	164	151	28
Ajuste a valor presente	3.819	3.569	-
Derivativos – <i>swap</i> – instrumento de <i>hedge</i> (Nota 29)	21.837	-	-
Ajuste valor justo – objeto de <i>hedge</i> (Nota 29)	3.393	-	-
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	3.681	-	-
Outras	11.585	21.467	19.059
Prejuízo fiscal	39.284	17.016	-
	87.122	46.632	22.940
	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado – Nota 5)	01/01/2018 (Reapresentado – Nota 5)
Contribuição social			
Provisão para devedores duvidosos	1.209	1.594	1.387
Provisão para processos judiciais	59	54	10
Ajuste a valor presente	1.375	1.285	-
Derivativos – <i>swap</i> – instrumento de <i>hedge</i> (Nota 29)	7.861	-	-
Ajuste valor justo – objeto de <i>hedge</i> (Nota 29)	1.221	-	-
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	1.325	-	-
Outras	7.435	10.408	8.950
Base negativa	14.142	6.126	-
	34.627	19.466	10.347
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	121.749	66.099	33.287
Prejuízo fiscal para imposto de renda	157.136	68.065	-
Base negativa da contribuição social	157.136	68.065	-

A expectativa de realização dos créditos ocorrerá da seguinte forma:

Ano	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado – Nota 5)	01/01/2018 (Reapresentado – Nota 5)
2018	-	-	33.287
2019	-	18.043	-
2020	17.164	7.191	-
2021	1.692	-	-
2022	11.543	-	-
2023	34.385	1.917	-
2024	45.422	9.342	-
2025 a 2027	10.543	29.606	-
2028 a 2029	1.000	-	-
	121.749	66.099	33.287

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos tributos diferidos passivos:

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado – Nota 5)	01/01/2018 (Reapresentado – Nota 5)
Imposto de renda			
Derivativos – <i>swap</i> – instrumento de <i>hedge</i>	-	(10.977)	-
Imposto devido sobre a realização do ganho de compra vantajosa (Nota 1(a))	(5.845)	(6.024)	-
	(5.845)	(17.001)	-
Contribuição social			
Derivativos – <i>swap</i> – instrumento de <i>hedge</i>	-	(3.952)	-
Imposto devido sobre a realização do ganho de compra vantajosa (Nota 1(a))	(2.103)	(2.169)	-
	(2.103)	(6.121)	-
Débitos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	(7.948)	(23.122)	-
Créditos (débitos) fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos, líquidos	113.801	42.977	33.287

A expectativa de realização dos débitos ocorrerá da seguinte forma:

Ano	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado – Nota 5)
2019	-	(1.156)
2020	(1.734)	(7.950)
2021	(1.734)	(1.156)
2022	(1.734)	(1.156)
2023	(1.734)	(11.704)
2024	(1.012)	
	(7.948)	(23.122)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

	2019		2018 (Reapresentado – Nota 5)	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(38.030)	(38.030)	269.066	269.066
Adições (exclusões) permanentes:				
Multas não dedutíveis	-	-	8	8
Despesas não dedutíveis	1.075	1.075	1.134	1.134
Equivalência patrimonial	(219.137)	(219.137)	(325.556)	(325.556)
Outras	30.517	24.026	10.402	3.836
Adições (exclusões) temporárias:				
(Reversão) constituição da provisão para processos judiciais	52	52	492	492
(Reversão) constituição da provisão de participação nos resultados	21.738	21.738	(2.870)	(2.870)
(Reversão) constituição de outras provisões	(42.273)	(35.782)	12.505	19.071
Marcação a mercado de instrumento de <i>hedge</i> (Nota 29)	87.346	87.346	-	-
Derivativos – swap – instrumento de <i>hedge</i> realizado	43.909	43.909	(43.909)	(43.909)
Ajuste valor justo – objeto de <i>hedge</i> (Nota 29)	13.571	13.571	-	-
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	14.723	14.723	-	-
Realização do ganho de compra vantajosa (Nota 1(a))	718	718	(24.096)	(22.096)
Ajuste a valor presente	999	999	14.274	14.274
Constituição (reversão) da provisão de perdas de créditos, líquidos líquida	(4.282)	(4.282)	2.305	2.305
Base de cálculo	(89.074)	(89.074)	(86.245)	(86.245)
Prejuízo e base negativa do exercício	89.074	89.074	86.245	86.245
Lucro real após prejuízo fiscal	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	56.393	20.886	7.126	2.566
Total da despesa de impostos das atividades	56.393	20.886	7.126	2.566
Alíquota efetiva total	-119,56%	-44,28%	2,65%	0,95%

31 - Informação por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

32 - Benefícios a empregados

32.1 - Incentivos de longo prazo

Os programas de incentivo de longo prazo das empresas FNS, FCA, VLI, Ultrafértil e VLI Multimodal S.A. (em conjunto, “Grupo VLI”) tem como principal premissa aumentar a capacidade de atração e retenção dos nossos executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último iniciou-se em 1º de março de 2019, podendo ser estendido por mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização da Companhia neste período. Os programas atualmente em vigor no Grupo VLI são:

Matching: é um programa facultativo que tem como premissa estimular o comprometimento dos executivos com a estratégia da sociedade, alinhando os interesses e criando valor para o negócio. Em linhas gerais, o programa é baseado na aquisição de “ações virtuais” a partir do investimento do executivo e na contrapartida (*matching*) da empresa com base na opção de adesão ao programa. O prêmio é resultante da valorização (*spread*) das “ações virtuais” adquiridas pelo empregado e da contrapartida da empresa, ambos são calculados com base no preço de concessão da ação virtual versus o preço de resgate após o *vesting*. A duração é de 6 anos a partir da outorga que ocorre anualmente, sendo que o resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos e até o termo no 6º ano.

Phantom: é um programa de Remuneração Variável de Longo Prazo, compulsório e sem necessidade de investimento por parte do executivo, que tem como premissa remunerar de acordo com o crescimento da empresa. Em linhas gerais, o programa é baseado na concessão de opções de “ações virtuais” condicionado à metodologia *expected growth* (expectativa de crescimento). O prêmio é resultante da valorização (*spread*) das opções de “ações virtuais” entre o preço de concessão versus o preço de resgate após o *vesting*. Caso não exista valorização, não haverá pagamento do prêmio. A duração é de 6 anos a partir da outorga que ocorre anualmente, sendo que o resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos e até o termo no 6º ano.

Retention: é um programa de Remuneração Variável de Longo Prazo, compulsório e sem necessidade de investimento por parte do executivo, que tem como premissa remunerar talentos estratégicos que contribuíram na constituição da empresa. Em linhas gerais, o programa é baseado na concessão de “ações virtuais” sendo que o prêmio é calculado com base no preço da ação no momento do resgate após o *vesting*. A duração é de 3 anos a partir da outorga que ocorreu em 2019, sendo que é um aditivo ao programa outorgado em 2014. O resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos.

A implementação deste programa não obriga a VLI a realizá-lo nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada à Companhia a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

O executivo, ao aderir ao programa, deverá escolher a opção de investimento, em número de salários, específica para o seu nível hierárquico. O valor investido pelo executivo e a contrapartida efetuada pela Companhia, em percentual conforme a opção de investimento, são convertidos em ações virtuais denominadas de UVVs (“unidades de valor virtual”). A valoração das UVVs se dará a partir do crescimento do plano de negócios do Grupo VLI. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano.

Durante o período de vigência do ciclo, os participantes não incorrerão em nenhuma despesa de administração.

Em 31 de dezembro de 2019, os incentivos de longo prazo montam a R\$ 14.726 (2018 - R\$ 57.554).

32.2 - Planos de Previdência Privada

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (“Valia”), entidade jurídica de fins não lucrativos, instituída em 1973, tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados que

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

participam ou venham a participar do plano. O plano oferecido (Vale Mais) tem característica de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio doença).

Os planos foram elaborados tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da previdência complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o benefício diferido por desligamento (“*Vesting*”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem é, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia.

As contribuições da Companhia para o plano de benefícios da Vale Mais, são como seguem:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

(a) Contribuições

Os desembolsos relacionados às contribuições plano de contribuição variável Vale Mais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizaram R\$ 6.157 (2018 - R\$ 5.407).

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(b) Reconciliações e premissas atuariais

Reconciliação do valor justo do ativo do plano	31/12/2019	31/12/2018
Valor justo do ativo do plano no final do exercício anterior	71.809	61.925
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	6.635	5.969
Fluxos de caixa – contribuição paga pela empresa	4.575	4.048
Fluxos de caixa – benefícios pagos pelo plano	(1.745)	(1.805)
Redimensionamento do valor justo do plano – rendimento de juros	(33.199)	1.672
Valor justo do ativo do plano no final do exercício	48.075	71.809
Reconciliação do benefício definido	31/12/2019	31/12/2018

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Obrigação de benefício definido no final do exercício anterior	(5.592)	(11.067)
Custo do serviço corrente	(396)	(269)
Custo do juros	(517)	(1.067)
Benefícios pagos pelo plano	1.745	1.805
Efeito da alteração de premissas financeiras/demográficas	1.578	255
Efeito da experiência do plano	(2.465)	4.751
Obrigação de benefício definido ao final do exercício	(5.647)	(5.592)
<i>Asset ceiling</i>	(42.428)	(66.217)
Valor líquido do passivo no final do exercício	-	-
Reconciliação do valor líquido de passivo	31/12/2019	31/12/2018
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do exercício anterior	-	-
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	5.722	4.633
Resultado obrigação do benefício definido – outros resultados abrangentes	(34.086)	6.678
Contribuição patrocinadora / pago pela empresa	4.575	4.048
<i>Asset ceiling</i>	23.789	(15.359)
Valor líquido do passivo no final do exercício	-	-
Análise de sensibilidade nas hipóteses	31/12/2019	31/12/2018
1. Taxa nominal de desconto - 1,0% - R\$	5.597,83	5.649,54
Premissa da análise	6%	8%
2. Taxa nominal de desconto +1,0% - R\$	5.660,23	5.807,47
Premissa da análise	7%	10%
Fluxos de caixa esperados para o próximo ano em R\$	31/12/2019	31/12/2018
1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa	5.995,66	5.463,54
2. Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável	-	-
3. Previsão de pagamentos de benefícios do plano		
Ano 1	1.123,36	866,74
Ano 2	1.017,73	794,22
Ano 3	1.015,51	755,93
Ano 4	872,05	685,13
Ano 5	861,20	629,66
Próximos 5 anos	3.737,97	2.825,20
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido	31/12/2019	31/12/2018
Taxa nominal de desconto	6,35%	9,24%
Taxa nominal de crescimento salarial	5,43%	6,20%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,36%	4,12%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	3,36%	4,12%
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido	31/12/2019	31/12/2018
Taxa nominal de desconto	9,24%	9,64%

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Taxa nominal de crescimento salarial	6,20%	6,34%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,12%	4,25%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,12%	4,25%
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic – Suav. 10%	AT-2000 Basic – Suav. 10%
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	20,4468
Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	42,6958	42,6958

33 - Instrumentos financeiros

33.1 - Gerenciamento dos riscos financeiros

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

Fatores de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõe a riscos financeiros de mercado, (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito, operacional e risco de liquidez.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de preço e demanda

Considerando a natureza dos negócios e operações da VMM, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos, bem como fatores climáticos relativos aos impactos nas safras.

O aumento dos custos de produção, de transporte e queda do preço das commodities transportadas podem influenciar a competitividade brasileira no mercado mundial. Da mesma forma, a variação nos fatores climáticos podem impactar negativamente o resultado de safras da agroindústria e consequentemente impactando em grande quantidade o volume de demanda dos clientes.

(ii) Risco cambial

Esse risco decorre de possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque, imobilizado e suas captações de empréstimos no exterior.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía exposições denominadas em moedas estrangeiras oriundas das importações em andamento no montante de R\$ 1.278 (2018 - R\$ 353).

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelas aplicações financeiras da Companhia (Nota 6); cessão de recebíveis por fornecedores sacado (Nota 18); contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da VLI Multimodal (Nota 19); não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros.

O resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2019.

	31/12/2019			
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	4,40%	3,96%	3,52%	2,86%
	31/12/2019	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita de aplicações financeiras	59.870	56.542	50.259	40.836

Passivos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto no final do período, com risco vinculado a indexadores pós-fixados (CDI, TJLP, IPCA e TR). Financiamentos com juros pré-fixados não fazem parte desta análise.

O cenário I considera um aumento de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com aumento de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2019.

	31/12/2019			
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
TJLP	6,26%	6,89%	7,51%	8,45%
TR	0,00%	0,10%	0,20%	0,35%
IPCA	3,37%	3,71%	4,04%	4,55%
CDI	6,40%	7,04%	7,68%	8,64%
	31/12/2019	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Encargos Financeiros - TJLP	88.877	97.764	106.652	119.983
Encargos Financeiros - TR	6.873	7.561	8.248	9.279
Encargos Financeiros - IPCA	35.162	38.678	42.194	47.468
Encargos Financeiros - CDI	74.059	81.465	88.871	99.980

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços logísticos integrados, através de terminais rodo ferroviários, ferrovias e terminais portuários.

Ativo	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado - Nota 5)	01/01/2018 (Reapresentado - Nota 5)
Caixa e equivalentes de caixa (i)	1.219.266	1.275.682	1.159.651

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Derivativos	95.105	71.493	31
Contas a receber de terceiros (ii)	225.756	338.136	258.154
Contas a receber de partes relacionadas (ii)	130.817	40.522	27.437
Demais ativos e sinistros a recuperar	58.821	62.623	48.471
	<u>1.729.765</u>	<u>1.788.456</u>	<u>1.493.744</u>

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo VLI, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado

1. Classificação de risco para aplicações em Reais	2. Limite máximo de alocação do caixa por instituição financeira	3. Limite máximo de alocação do caixa por valor de patrimônio líquido da instituição financeira
Acima de brAA	45%	10%
Entre brAA- e brAA	30%	10%
Entre brA e brA+	20%	5%
brA-	5%	5%

- A coluna (1) tem como referências informações das agências de rating S&P, Moody's e Fitch.
- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

- (ii) O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão na concessão de crédito, consistindo em análises do perfil dos clientes. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresenta concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber com consequente minimização de perdas individuais.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 13.436 (2018 - R\$ 17.717). A metodologia adotada para constituir a estimativa de perdas para liquidação duvidosa está de acordo com o IFRS 9 citado na base de preparação e principais políticas (Nota 4).

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge de possibilidade da companhia não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações e considerando os vencimentos contratuais, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2019:

	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	827.733	703.529	998.598	1.675.102	2.372.644	6.577.606
Arrendamentos	148.356	155.561	161.459	162.281	621.726	1.249.383

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e “rating” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

A dívida líquida da Companhia é composta pelos empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos do caixa e equivalentes de caixa.

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado – Nota 5)	01/01/2018 (Reapresentado – Nota 5)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.581.728	5.214.711	4.317.301
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.219.266)	(1.275.682)	(1.159.651)
Dívida líquida	5.362.462	3.939.029	3.157.650
	81,47%	75,54%	73,14%

(d) Risco operacional

A VLI S.A. possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*.

Modalidade	Cobertura	Data de cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade civil operador portuário	<i>All risk</i>	30/06/2020	R\$ 50.000
Riscos operacionais	<i>All risk</i>	30/06/2020	R\$ 300.000
Transporte internacional e importação	<i>All risk</i>	31/07/2020	USD 8.000
Vida em grupo	Empregados, cônjuges e filhos	01/07/2020	24 x Salário Base
Vida em grupo	Estagiários	01/07/2020	R\$ 13
Riscos ambientais	<i>All risk</i>	30/09/2021	R\$ 50.000
EPL – Práticas trabalhistas indevidas	<i>All risk</i>	30/06/2020	R\$ 10.000

(e) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. As origens e fontes de recursos se baseiam em recursos dos acionistas e de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do período é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado – Nota 5)	01/01/2018 (Reapresentado – Nota 5)
Total passivo	8.004.047	5.885.366	4.845.983
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.219.266)	(1.275.682)	(1.159.651)
	6.784.781	4.609.684	

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			3.686.332
Patrimônio líquido	8.729.640	8.715.606	8.565.891
	77,72%	52,89%	43,04%

33.2 – Derivativos

Swaps – *hedge* de valor justo

A Companhia possui empréstimos indexados ao dólar (Nota 19). Esses instrumentos foram protegidos da variação da taxa de câmbio por meio de instrumentos derivativos (*swap*), trocando a variação da taxa de câmbio e sua remuneração contratual por juros indexados a percentuais do CDI. A contratação e o gerenciamento do instrumento de *swap* foram feitos através de análise para proteção do risco cambial.

Desta forma, as eventuais perdas por variações cambiais decorrentes deste empréstimo são mitigadas pelos efeitos do *hedge*.

A Companhia também possui debêntures indexadas ao IPCA (Nota 19). A captação de R\$ 120.000 realizada em setembro de 2019 teve seu indexador trocado para o CDI através da contratação de instrumento derivativo (*swap*) no momento de sua emissão.

O valor justo dos instrumentos de *swap* em aberto seguem:

	Indexadores	31/12/2019	31/12/2018
Swap – Câmbio			
Ativo - ponta ativa	USD + 2,11%, USD + 3,94% e Libor + 1,7%	1.990.414	981.161
Passivo - ponta passiva	(110,30% CDI a 111,7% CDI - Swap)	(1.956.898)	(909.668)
		33.516	71.493
Swap – Juros			
Ativo - ponta ativa	IPCA + 3,3121%	127.790	-
Passivo - ponta passiva	(107,1% CDI - Swap)	(124.495)	-
		3.295	-
Derivativos ativos		95.105	71.493
Derivativos passivos		(58.294)	-
Saldo ativo, líquido		36.811	71.493

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abertura dos contratos:

USD milhares	31/12/2019		Contratação	Vencimento
	Ponta ativa swap	Empréstimo no exterior		
Tranche 2	100.000	(100.000)	06/06/2018	06/06/2023
Tranche 3	50.000	(50.000)	27/06/2018	27/06/2023
Tranche 4	100.000	(100.000)	01/03/2019	01/03/2024
Tranches 1 e 5 (i)	96.675	(96.675)	20/09/2019	27/03/2023
Tranche 6	30.000	(30.000)	13/11/2019	15/07/2025
Tranche 7	58.000	(58.000)	19/11/2019	19/11/2024
Tranche 8	42.000	(42.000)	05/12/2019	05/12/2024
Saldo – Exposição cambial	476.675	(476.675)		

(i) Tranche 1 foi objeto de rolagem no 3º trimestre de 2019, tendo o vencimento original de 14 de dezembro de 2020 sido postergado para 27 de março de 2023.

	31/12/2019		Contratação	Vencimento
	Ponta ativa swap	Empréstimo no exterior		
Debêntures	120.000	(120.000)	16/08/2019	15/08/2025
Saldo – Exposição de juros	120.000	(120.000)		

A política financeira da Companhia veda a contratação de qualquer derivativo para fins de especulação.

O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses.

33.3 - Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (*inputs*) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (*inputs*) de Nível 2

Informações (*inputs*) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (*inputs*) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos financeiros por categoria e valor justo

Os instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão relacionados abaixo, cujos valores contábeis aproximam-se dos correspondentes valores de realização e valor justo.

Ativo	Valor contábil			Valor justo			Hierarquia
	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado – Nota 5)	01/01/2018 (Reapresentado – Nota 5)	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado – Nota 5)	01/01/2018 (Reapresentado – Nota 5)	
Custo amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa	1.219.266	1.275.682	1.159.651	1.219.266	1.275.682	1.159.651	Nível 2
Aplicações financeiras	12.450	-	-	12.450	-	-	Nível 2
Contas a receber de terceiros	225.756	338.138	258.154	225.756	338.138	258.154	Nível 2
Contas a receber de partes relacionadas	130.817	40.522	27.437	130.817	40.522	27.437	Nível 2
Adiantamento para futuro aumento de capital	230.000	500.000	79.978	230.000	500.000	79.978	Nível 2
Dividendos a receber	391.022	72.806	57.118	391.022	72.806	57.118	Nível 2
Demais ativos e sinistros a recuperar	58.821	62.623	48.471	58.821	62.623	48.471	Nível 2
	2.268.132	2.289.771	1.630.089	2.268.132	2.289.771	1.630.089	
Valor justo							
Derivativos	95.105	71.493	31	95.105	71.493	31	Nível 2
	95.105	71.493	31	95.105	71.493	31	
Passivo							
Custo amortizado							
Fornecedores - terceiros	155.699	101.561	87.011	155.699	101.561	87.011	Nível 2
Contas a pagar	2.703	27.680	2.964	2.703	27.680	2.964	Nível 2
Fornecedores - partes relacionadas	128.766	110.955	85.002	128.766	110.955	85.002	Nível 2
Dividendos a pagar	100.267	199.681	174.182	100.267	199.681	174.182	Nível 2
Empréstimos e financiamentos	4.010.054	3.769.384	3.861.529	4.010.054	3.769.384	3.861.529	Nível 2
Debêntures	493.699	476.032	455.772	476.814	476.032	455.772	Nível 2
	4.891.188	4.685.293	4.666.460	4.874.303	4.685.293	4.666.460	
Valor justo							
Empréstimos no exterior	1.950.661	969.295	-	1.950.661	969.295	-	Nível 2
Debêntures	127.314	-	-	127.314	-	-	Nível 2
Derivativos	58.294	-	4.998	58.294	-	4.998	Nível 2
	2.136.269	969.295	4.998	2.136.269	969.295	4.998	

34 – Eventos subsequentes

(a) Impactos COVID-19

Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

Inicialmente detectado no continente asiático em dezembro/2019, o agente denominado coronavírus, causador da doença COVID-19, teve seu primeiro foco epidemiológico na China, espalhando-se rapidamente pela região e, posteriormente, por todo o globo, consistente em linhagem de vírus altamente contagioso, com transmissão pelo ar ou contato físico, causador de síndrome infecciosa respiratória. Os quadros clínicos conhecidos até o momento decorrentes da doença podem variar de pacientes assintomáticos até infecções graves que afetam diversos sistemas do corpo humano, especialmente o respiratório.

Considerando a disseminação global do vírus, em março/2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a existência de pandemia em virtude da COVID-19.

No Brasil os primeiros casos foram oficialmente detectados em fevereiro/2020, evoluindo vertiginosamente deste então, tendo o congresso nacional através do Decreto Legislativo nº 6 de 2020, reconhecido o estado de calamidade pública em todo território nacional.

Como medida de combate à expansão acelerada da doença e proteção aos sistemas de saúde públicos e privados, governos estaduais e municipais aplicaram medidas de promoção ao isolamento social e restrição à circulação de pessoas, voltadas principalmente à fechamento total ou parcial de diversos setores da economia.

Tal cenário provou reflexos socioeconômicos ainda não completamente delimitados, porém, já traduzidos na redução drástica da atividade econômica dos grandes centros urbanos e do consumo em geral vivenciados nos meses de março e abril de 2020, com conseqüente redução de postos de trabalho e queda na arrecadação de tributos aos diversos entes federativos.

O Governo Federal, através de Decreto Presidencial, determinou as atividades consideradas essenciais a serem executadas durante a pandemia pela COVID-19. Entre elas, estão o atendimento dos serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral. Desta forma, a Companhia permanece operando normalmente, exceto pela implementação de novos protocolos de segurança e trabalho. Entre as principais iniciativas implementadas pela Companhia, citam-se as ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office nas áreas em que é possível adotar este formato, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem estar dos colaboradores e protocolos de contingência de forma a manter integralmente suas operações.

A Companhia informa que até a data de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, não foram identificados impactos ou efeitos relevantes às suas operações vinculados à pandemia causada pela COVID-19, sobretudo em virtude da continuidade das atividades do Grupo VLI e dos seus clientes, principalmente no segmento agrícola, grãos açúcar e celulose.

A despeito da expectativa de queda no crescimento e de recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades, a Companhia, tendo como uma de suas principais atividades o transporte de alimentos, combustíveis e outros produtos essenciais para o Brasil e para outros países do mundo, tem tido sucesso em manter suas operações e fluxos financeiros estáveis ao longo da crise. A segmentação da Companhia e seu portfólio de produtos logísticos com grande exposição às exportações de grãos, aliado à recente valorização do dólar, também foram responsáveis por amenizar os efeitos da crise recente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No contexto supracitado, a Companhia também avaliou suas estimativas de forma a identificar os possíveis impactos da COVID-19, conforme segue:

(i) Perdas de crédito esperadas

As safras de grãos recorde apuradas em 2020, bem como a vigorosa valorização do dólar frente ao real, são fatores que não indicam incremento relevante na avaliação de risco de crédito dos nossos principais clientes. Ademais, a retomada dos mercados asiático e europeu no cenário pós-COVID-19, grandes consumidores de commodities agrícolas, é um fator responsável por manter expectativas favoráveis pertinentes ao crescimento das operações de exportações.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – impairment

A Companhia está monitorando os eventos decorrentes do COVID 19, de forma a avaliar a necessidade de realizar novas análises de recuperabilidade de seus ativos imobilizados e intangíveis no próximo período de reporte. Até a data de aprovação desta demonstração financeira, estas análises não haviam sido concluídas.

(iii) Recuperação dos tributos diferidos ativos

As operações da Companhia permanecem estáveis, em função da sua segmentação de negócio, safra recorde de grãos e valorização do dólar frente ao real. Ademais, não se vislumbram impactos duradouros decorrentes da COVID-19 nos exercícios futuros capazes de impactar os negócios da Companhia. Neste sentido, mantidas as perspectivas de receita, não há impactos relevantes na capacidade de se realizar os tributos diferidos no curto e longo prazo.

(iv) Liquidez

O Grupo VLI analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais do Grupo, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas do Grupo. Por último, cabe ressaltar que o Grupo VLI possui acionistas com solidez financeira suficiente para prover suporte financeiro em caso de necessidade.

A Companhia opera no contexto do Grupo VLI, que possui concessões de ferrovias e portos. O Grupo VLI entende que as suas operações de ferrovias e portos integram um único segmento de negócio e, neste sentido, as captações de recursos são feitas de forma centralizada. Sempre que necessário o Grupo VLI realiza aportes de recursos nas suas empresas controladas.

O Grupo VLI apresenta atualmente uma situação financeira sólida com bons índices de liquidez e acredita que o capital de giro é suficiente para sua operação. No entanto, uma expectativa de impactos econômicos causados pela redução das atividades empresariais decorrentes das restrições impostas durante a pandemia do COVID-19, podendo vir gerar efeitos subsequentes nas operações, o que não se confirma até a data desta publicação.

A Administração vem monitorando a liquidez financeira do Grupo VLI e das situações específicas de cada uma das empresas do Grupo VLI (VLI, VLI Multimodal, FCA, FNS, Ultrafertil), com ações de antecipações de captação de recursos e a perspectiva de retenção de caixa usando o auxílio de medidas do governo federal e demais instituições setoriais. O Grupo VLI aderiu ao programa de suspensão de pagamentos promovido pelo BNDES, sendo projetada economia em razão desta medida de aproximadamente R\$150 milhões somente no exercício 2020, e tomando ações necessárias em nossas operações como a redução de custos e postergação de investimentos com o objetivo de garantir o cumprimento das obrigações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consideração final

A Administração, ciente do seu papel social, está redobrando esforços e cuidados visando a manutenção das operações logísticas indispensáveis à nossa sociedade, sem prejuízo do cumprimento das instruções de segurança sanitárias divulgadas pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde.

A Administração permanece também focada na proteção incondicional da saúde de seus colaboradores e prestadores de serviço, executando medidas para promoção do isolamento social, digitalização dos processos, redução máxima do contato físico e incremento dos procedimentos de higienização pessoal e dos locais de trabalho.

A Administração segue atenta à evolução da pandemia nos cenários doméstico e internacional com intuito de avaliar potenciais impactos futuros.

(b) Ofício-circular ANTT - 482/2020

No dia 06 de Abril de 2020 a Agência Nacional dos Transportes Terrestres-ANTT, orientou, através do ofício-circular Nº 482/2020/CECAF/GECOF/SUFER/DIR-ANTT, que caberá às concessionárias manifestarem interesse formal em dar andamento à extinção do contrato de arrendamento de bens vinculados ao contrato de concessão de cada Concessionária (“Contrato de Arrendamento”).

Caso a concessionária não possua interesse atualmente, deverá manifestar a sua posição na resposta ao referido ofício, sem que haja futuramente qualquer impedimento de posicionar interesse na extinção do Contrato de Arrendamento, bastando, para isso, que faça solicitação específica a qualquer tempo.

A fim de que seja iniciado o trâmite para a efetiva extinção do Contrato de Arrendamento, será necessária manifestação em relação aos seguintes itens:

- Apresentação da relação atualizada dos bens móveis (vagões, locomotivas e equipamentos diversos), independentemente do seu estado de conservação, pois todos estes bens compõem o cálculo da capacidade, que transfere os bens móveis às Concessionárias Ferroviárias, delimitando futura e eventual reversão à efetiva capacidade nominal de carga e de tração entregues; e
- Apresentação da relação atualizada dos bens imóveis (terrenos, edificações e via permanente) que lhe tenham sido arrendados, em planilha editável, a fim de que esta Agência Reguladora estabeleça os procedimentos administrativos relacionados aos bens imóveis necessários à celebração do Termo de Cessão de Uso entre a Concessionária e o DNIT (proprietário dos bens).

De acordo com o Artigo 2º do Decreto nº 10.161/dez/2019, a extinção do Contrato de Arrendamento será formalizada por meio do termo de aditivo e disporá sobre o tratamento de eventuais indenizações relacionadas aos bens arrendados apuradas previamente no processo de extinção, cujos valores poderão ser convertidos em investimentos, a critério da União. Os bens imóveis serão transferidos de forma não onerosa.

As obrigações financeiras pagas e a pagar do Contrato de Arrendamento extintos serão preservadas, de acordo com o artigo 5º do decreto 10.161/2019.

A adesão ao Ofício supracitado constitui-se por uma faculdade de opção exclusiva da FCA e implicará na transferência dos ativos de arrendamento, em seu estado atual, à FCA. Sendo que:

- Bens móveis – produto da quantidade e capacidade (tonelada transportada de vagão e potência tracionada de locomotivas) - ao final da Concessão, a FCA deverá retornar essa mesma capacidade de bens para União.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Bens imóveis - serão excluídos do Contrato de Arrendamento e será firmado um contrato de Direito de Cessão de Uso diretamente com o DNIT.

A Administração ainda concluirá as análises internas e se manifestará quanto a adesão ou não da faculdade disposta no Ofício.

(c) Captação de recursos

A VLI Multimodal S.A. concluiu em fevereiro de 2020 a captação de recursos no montante de R\$ 500 milhões com maturação do principal em fevereiro de 2025, pagamentos de juros semestrais pela taxa de CDI + 1,37% e em abril de 2020 efetuou o desembolso da linha de crédito rotativo no montante de R\$ 325 milhões com maturação do principal em setembro de 2021, pagamentos de juros semestrais pela taxa de CDI + 1,30%.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Administração e Diretores

Diretoria

Marcus Vinícius de Faria Penteado

Diretor

Fabiano Bodanezi Lorenzi

Diretor

Rodrigo Saba Ruggiero

Diretor

Gustavo Serrão Chaves

Diretor

Márcia Mara Chaves Resende

Gerente de Contabilidade - CRC-MG 078483/O-8